



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lara Soares Furlan

**A Reconfiguração do Trabalho no Mundo: Uma Análise do Setor Terciário na América  
Latina e no Leste Asiático**

Florianópolis

2024

**A Reconfiguração do Trabalho no Mundo: Uma Análise do Setor Terciário na América Latina e no Leste Asiático**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

FURLAN, Lara Soares

A Reconfiguração do Trabalho no Mundo : Uma Análise do Setor Terciário na América Latina e no Leste Asiático / Lara Soares FURLAN ; orientador, Fábio Pádua dos Santos , 2024.

89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

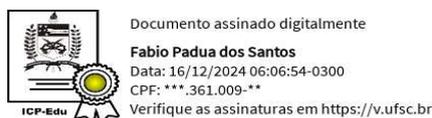
1. Relações Internacionais. 2. Trabalho. 3. América Latina. 4. Leste Asiático . I. Santos , Fábio Pádua dos. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Lara Soares Furlan

**A Reconfiguração do Trabalho no Mundo: Uma Análise do Setor Terciário na América Latina e no Leste Asiático**

Florianópolis, 3 de dezembro de 2024

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:



Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Patricia Fonseca Ferreira Arienti  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, 2024

Aos meus amados pais.  
Sem eles nada disso seria possível.

## AGRADECIMENTOS

É impossível iniciar esses agradecimentos sem expressar minha eterna gratidão aos meus queridos pais, Roseli e Júlio. Obrigada por nunca terem poupado nenhum esforço para que eu pudesse realizar todos os meus sonhos, mesmo quando eles não faziam tanto sentido para vocês. Obrigada pelo amor incondicional e por sempre acreditarem em mim. Sou muito grata por todos os sacrifícios que vocês fizeram para que hoje eu possa estar onde estou e ser quem sou. Dedico tudo o que fui, sou e serei a vocês! Gostaria de agradecer também à minha irmã, Clara, por ser alguém que eu sei que posso sempre contar e por quem tenho profunda admiração. Espero ter a oportunidade de estar cada vez mais próxima de você nos anos que estão por vir. Agradeço também às minhas amadas avós, Maria e Cacilda. Eu amo vocês!

Aos meus amigos queridos que foram a minha família nesta Ilha ao longo dos anos. Muito obrigada Lara, Sofia e Matheus, pelo carinho, pelo cuidado, pela paciência, pelo companheirismo, pelas confidências e, principalmente, por todo o amor despretensioso que recebi de vocês desde o momento que nos conhecemos. Compartilhar o dia a dia, as risadas e as lágrimas com cada um fez com que eu pudesse viver diversas alegrias até então não catalogadas. Em especial, um agradecimento à Lara, por compartilhar o lar comigo desde que saímos do interior de São Paulo e viemos iniciar essa nova etapa da vida juntas em Florianópolis. Obrigada por me dar a segurança de sempre ter um lugar para onde voltar. Eu amo vocês!

Às minhas amadas amigas Marina, Yara e Luiza. Ter vocês na minha vida foi com certeza uma das maiores alegrias que eu poderia ter. O afeto de vocês preencheu diversos vazios e curou muitas feridas. Obrigada pelo acolhimento, pela escuta e por todos os momentos compartilhados, carregue vocês no meu coração para sempre! Aos meus queridos amigos e companheiros de curso, Bruno e Ailton. Obrigada por todas as trocas que tivemos ao longo da nossa graduação, tanto acadêmicas, quanto pessoais. Saber que eu podia contar com vocês com certeza deu um significado ainda maior à essa escolha que foi feita antes mesmo de conhecê-los. Em especial ao Bruno, por ter compartilhado o ambiente da Defensoria Pública da União comigo, espaço onde eu aprendi muito e carreguei todas as vivências que tive lá com carinho. Obrigada também pela leitura atenciosa deste trabalho e pela companhia maravilhosa nesses últimos meses. Eu amo vocês!

Ao meu querido primo e amigo, Murilo, a quem conheço desde que nasci e que sempre foi uma grande inspiração para mim. Sou muito feliz pela relação que construímos ao longo dos anos e sou eternamente grata a você por sempre me encorajar a viver a vida de uma maneira libertadora. À minha querida amiga Briana, que chegou na minha vida em um momento que eu estava perdida e me ajudou a lembrar o que era importante para mim. Obrigada por compartilhar comigo os sonhos futuros. Eu amo vocês!

A mis queridos amigos que hice durante el intercambio. En especial a Jules, Maelis, Leo e Iliona. ¡Gracias por haber sido mi familia en tierras extranjeras y por seguir presentes en mi vida incluso después! ¡Estoy muy ansiosa por poder encontrarlos de nuevo y vivir más aventuras juntos! ¡Los quiero mucho!

Gostaria de agradecer também ao professor Fábio por, não apenas ter me orientado neste trabalho, mas também por ter me acompanhado ao longo da minha trajetória acadêmica. Obrigada por todas as conversas e por instigar diversos questionamentos durante o meu período na Universidade. Um agradecimento muito especial não apenas à Universidade Federal de Santa Catarina, espaço de infinito aprendizado, mas também a todas as pessoas que a compõem, em especial aos trabalhadores, TAEs, professores e terceirizados que zelam para que a Universidade continue sendo um espaço de construção de conhecimento. Viva a Universidade Pública!

Por fim, gostaria de agradecer também a todos que, em algum momento, compartilharam a vida comigo e hoje seguem os seus próprios caminhos. Cada encontro me modificou e me fez ser a pessoa que eu sou hoje! Nunca poderia imaginar viver uma vida tão linda, repleta de pessoas maravilhosas com quem tenho o prazer de compartilhar a minha trajetória. Esse momento, bem como todos os outros momentos marcantes na minha vida, não teriam a importância que têm se eu não pudesse desfrutar deles com as pessoas que fazem tudo valer a pena. Realmente é sobre os amigos que fazemos ao longo do caminho. Meus mais sinceros agradecimentos, eu amo muito todos vocês!

*Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,  
onde as formas e as ações não encerram nenhum  
exemplo.*

*Praticas laboriosamente os gestos universais,  
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e  
desejo sexual.*

*Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua  
derrota  
e adiar para outro século a felicidade coletiva.*

*Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a  
injusta distribuição  
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de  
Manhattan.*

*(Drummond, 1938)*

## RESUMO

Esta produção busca analisar a reconfiguração do trabalho no contexto global a partir da transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível visando entender qual é a origem da expansão do setor terciário na América Latina e no Leste Asiático, ambas regiões tipicamente periféricas. O estudo explora as implicações dessas mudanças para o mercado de trabalho em ambas as regiões, abordando a migração de empregos industriais, a relação entre o setor de serviços e a industrialização, e o impacto dessas transformações na apropriação da renda mundial. Conclui-se que a expansão do setor de serviços na América Latina foi decorrente do processo de desindustrialização na região, influenciado pela conjuntura internacional vigente na época e isso marginaliza cada vez mais a região no que se refere à sua participação na apropriação da riqueza mundial. Enquanto isso, o crescimento do setor de serviços no Leste Asiático ocorreu justamente visando acompanhar o crescimento industrial que se deu na região no mesmo período, fazendo com que esta parte do mundo se consolidasse cada vez mais como um polo de produção global, evidenciando a disparidade entre as regiões na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Trabalho; América Latina; Leste Asiático.

## **ABSTRACT**

### **The Reconfiguration of Labor in the World: An Analysis of the Tertiary Sector in Latin America and East Asia**

This study aims to analyze the reconfiguration of labor in the global context, focusing on the transition from the Fordist accumulation regime to the flexible accumulation regime, with the goal of understanding the origins of the expansion of the tertiary sector in Latin America and East Asia, both typically peripheral regions. The study explores the implications of these changes for the labor market in both regions, addressing the migration of industrial jobs, the relationship between the service sector and industrialization, and the impact of these transformations on global income distribution. It concludes that the expansion of the service sector in Latin America was a result of the region's deindustrialization process, influenced by the international context of the time, which increasingly marginalizes the region in terms of its participation in the appropriation of global wealth. Meanwhile, the growth of the service sector in East Asia occurred precisely to keep up with the industrial growth in the region during the same period, consolidating this part of the world as a global production hub, highlighting the disparity between the regions in the dynamics of contemporary capitalism.

Keywords: Labor; Latin America; East Asia.

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Siglas que compõem os grupos de atividades econômicas	17
Quadro 2 – Localização dos países na hierarquia de riqueza em 1991	24
Quadro 3 – Localização dos países na hierarquia de riqueza em 2020	24
Quadro 4 – Mobilidade dos países na hierarquia de riqueza	25
Quadro 5 – Arranjos de trabalhadores na nova estrutura do mercado de trabalho (1986)	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de pessoas empregadas em cada setor de atividade em 1991	17
Tabela 2 – Quantidade de pessoas empregadas em cada setor de atividade em 2020	17
Tabela 3 – Porcentagem de pessoas empregadas em cada grupo de atividade em relação ao total global (1991)	20
Tabela 4 – Porcentagem de pessoas empregadas em cada grupo de atividade em relação ao total global (2020)	20
Tabela 5 – Porcentagem das pessoas empregadas em cada setor da economia em 1991	21
Tabela 6 – Porcentagem das pessoas empregadas em cada setor da economia em 2020	21
Tabela 7 – Quantidade de pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região em 1991	69
Tabela 8 – Quantidade de pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região em 2020	70
Tabela 9 – Proporção das pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região em comparação ao total geral em 1991	71
Tabela 10 – Proporção das pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região em comparação ao total geral em 2020	71
Tabela 11 – Especialização das atividades econômicas por zona em 1991	74
Tabela 12 – Especialização das atividades econômicas por zona em 2020	74
Tabela 13 – Quantidade de pessoas empregadas em cada atividade econômica de acordo com a região em 1991	75
Tabela 14 – Quantidade de pessoas empregadas em cada atividade econômica de acordo com a região em 2020	75
Tabela 15 – Dados referentes à População Total, Empregada, PIB e PNB em 1991	77
Tabela 16 – Dados referentes à População Total, Empregada, PIB e PNB em 2020	77

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População empregada por zona em 1991	78
Gráfico 2 – População empregada por zona em 2020	78
Gráfico 3 – Produto Interno Bruto por zona em 1991	79
Gráfico 4 – Produto Interno Bruto por zona em 2020	79

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BM	Banco Mundial
CGV	Cadeias Globais de Valor
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
UNSD	Divisão de Estatística das Nações Unidas
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
NIC	Newly Industrialized Country (Novos Países Industrializados)
NSE	Non-standard Forms of Employment (Formas não-convencionais de emprego)
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PP	Perímetro da Periferia
PC	Perímetro do Centro
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
ZLC	Zonas de Livre Comércio

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO</b>	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>A TRANSIÇÃO DOS REGIMES DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA</b>	<b>37</b>
<b>4</b>	<b>OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO LESTE ASIÁTICO</b>	<b>47</b>
4.1	O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA AMÉRICA LATINA	47
4.2	O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA ÁSIA	59
4.3	COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO LESTE ASIÁTICO	66
<b>5.</b>	<b>TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO</b>	<b>69</b>
5.1	UMA ANÁLISE MAIS APROFUNDADA	69
5.2	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E O MUNDO DO TRABALHO	81
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>84</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Analisar as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho é uma das ferramentas que podem ser utilizadas para entender os desdobramentos do sistema capitalista e seus respectivos impactos não apenas nas condições de trabalho da classe trabalhadora, bem como na qualidade de vida das pessoas. Muito se fala sobre globalização e as rápidas transformações do mercado de trabalho decorrentes da reconfiguração das cadeias produtivas impulsionadas por avanços tecnológicos, porém como de fato essas mudanças afetam a natureza das relações laborais e a estrutura de emprego?

Uma vez inseridos em um sistema econômico que se baseia na busca incessante por lucro, na acumulação de capital e na propriedade privada dos meios de produção, o trabalho ocupa uma posição central no que diz respeito à geração de valor e à manutenção desse sistema, uma vez que a força de trabalho é a principal fonte de extração de mais valor, que por sua vez é a disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho. Esse controle sobre o trabalho alheio não pago garante a auto expansão e/ou valorização do capital. De acordo com Karl Marx, “a produção de mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção de mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.” (MARX, O Capital, Livro 1, Vol. 2, p. 586)

Parte-se do pressuposto de que os regimes de acumulação são formas predominantes de acumulação de capital que envolvem não apenas a organização da produção, distribuição e consumo, mas também as relações sociais e institucionais que os sustentam. Cada regime pressupõe uma forma específica de organizar as atividades produtivas, exigindo um tipo particular de trabalhador e de controle sobre o trabalho. À medida que essas estruturas de produção evoluem, surgem novas necessidades quanto ao perfil dos trabalhadores e às formas de controle aplicadas, refletindo-se nas dinâmicas de desenvolvimento econômico em cada região. Dessa forma, um dos objetivos deste trabalho é compreender a transição do regime fordista para o regime de acumulação flexível, bem como qual é a relação entre os modelos de desenvolvimento da América Latina e do Leste Asiático e a sua respectiva relação com o trabalho, para que seja possível entender as repercussões dessas transformações.

Visando dimensionar de forma concreta essas mudanças que ocorreram a nível mundial, serão analisados os dados das Tabelas 1 e 2, elaboradas por meio de uma base de dados extraída da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com informações de 117 países que mostram a quantidade de pessoas empregadas nos diferentes grupos de atividade que constituem o mercado de trabalho nos anos de 1991 e 2020.

Para elaborar as tabelas utilizadas neste trabalho, foram utilizados dados estatísticos da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Esses dados seguem o padrão ISO 3166-1 e os Códigos Padrão de País ou Área para Uso Estatístico (M49) da Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), garantindo a conformidade com as normas internacionais. Visando apresentar a hierarquia de todos os grupos de países e suas respectivas classificações dentro do sistema estatístico global, foi utilizada a tabela "Countries, All Groups Hierarchy"<sup>1</sup>.

Outrossim, a classificação das economias pela UNCTAD é dividida em três grupos principais: economias de alta renda, economias de renda média e economias de baixa renda, com base no PIB per capita. Foi utilizado a tabela "Composition Criteria of Economic Groups"<sup>2</sup> como base para elaboração das demais tabelas, uma vez que esta detalha os critérios utilizados para agrupar as economias em categorias.

O Quadro 1 apresenta um resumo das siglas utilizadas para se referir a cada categoria de atividade visando facilitar a visualização do que está sendo exposto. Vale destacar que as atividades de "Agricultura, silvicultura e pesca" (A) e "Mineração e pedreiras" (B) pertencem ao setor primário, que envolve a extração de recursos naturais. As atividades de "Manufatura" (C), "Água, gás e energia" (DE) e "Construção" (F) fazem parte do setor secundário, que abrange a transformação de matérias-primas em produtos acabados e a infraestrutura necessária para essa produção. Já as demais atividades, como "Comércio atacado e varejo; reparação de automóveis e motocicletas" (G), "Transporte, armazenamento e comunicação" (HJ), "Acomodações e alimentação" (I), "Finanças e seguros" (K), "Imobiliária, atividades empresariais e administrativas" (LMN), "Administração pública e defesa; segurança social obrigatória" (O), "Educação" (P), "Saúde humana e serviços sociais" (Q), e "Outros serviços" (RSTU), pertencem ao setor terciário, que é responsável pela prestação de serviços e suporte às outras atividades econômicas.

---

<sup>1</sup>Países, Hierarquia de Todos os Grupos

<sup>2</sup> Critérios de composição de Grupos Econômicos

Quadro 1 – Sigla que compõem os grupos de atividades econômicas

Sigla	Grupo de atividades econômicas
<b>A</b>	Agricultura, silvicultura e pesca
<b>B</b>	Mineração e pedreiras
<b>C</b>	Manufatura
<b>DE</b>	Água, gás e energia
<b>F</b>	Construção
<b>G</b>	Comércio atacado e varejo; reparação de automóveis e motocicletas
<b>HJ</b>	Transporte, armazenamento e comunicação
<b>I</b>	Acomodações e alimentação
<b>K</b>	Finanças e seguros
<b>LMN</b>	Imobiliária, atividades empresariais e administrativas
<b>O</b>	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória
<b>P</b>	Educação
<b>Q</b>	Saúde humana e serviços sociais
<b>RSTU</b>	Outros serviços

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 1 – Quantidade de pessoas empregadas em cada setor de atividade em 1991 (em milhões)

Atividade Econômica	África	América	Ásia	Europa	Oceania	Total
<b>A</b>	107.404,993	38.134,004	689.330,758	28.546,310	755,972	864.172,037
<b>B</b>	1.418,336	1.439,867	7.085,951	3.189,638	101,037	13.234,829
<b>C</b>	15.871,416	45.602,667	190.039,433	62.423,904	1.425,319	315.362,739
<b>DE</b>	663,572	3.115,465	8.673,018	3.992,995	132,798	16.577,848
<b>F</b>	5.182,662	17.380,805	45.974,976	20.692,057	640,442	89.870,942
<b>G</b>	20.277,574	48.070,038	99.384,499	34.820,791	1.729,396	204.282,298
<b>HJ</b>	5.165,039	18.902,440	44.854,829	18.623,532	739,625	88.285,465
<b>I</b>	3.364,767	12.729,187	18.059,139	6.849,676	539,762	41.542,531
<b>K</b>	891,177	9.137,767	7.760,214	6.884,276	413,305	25.086,739
<b>LMN</b>	1.481,325	16.326,421	7.281,415	11.840,357	769,224	37.698,742
<b>O</b>	4.960,637	11.901,662	43.322,441	17.843,737	578,979	78.607,456
<b>P</b>	5.942,368	19.118,647	33.526,631	20.257,246	683,511	79.528,403
<b>Q</b>	2.632,205	18.974,385	21.735,703	20.489,742	769,169	64.601,204
<b>RSTU</b>	7.255,932	22.673,780	37.931,932	14.846,506	458,164	83.166,314
<b>Total Geral</b>	182.512,003	283.507,135	1.254.960,939	271.300,767	9.736,703	2.002.017,547

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023). Elaboração própria.

Tabela 2 – Quantidade de pessoas empregadas em cada setor de atividade em 2020

Atividade Econômica	África	América	Ásia	Europa	Oceania	Total
<b>A</b>	182.630,820	39.542,920	519.411,658	14.295,138	815,837	756.696,373

<b>B</b>	3.307,206	2.245,431	8.705,213	2.631,738	255,479	17.145,067
<b>C</b>	30.594,315	47.257,316	290.073,225	41.494,661	1.175,907	410.595,424
<b>DE</b>	2.129,183	4.123,153	14.673,329	6.019,608	183,893	27.129,166
<b>F</b>	17.682,375	29.700,914	152.870,962	19.061,701	1.495,216	220.811,168
<b>G</b>	56.692,586	68.498,247	236.953,757	41.326,713	2.209,997	405.681,300
<b>HJ</b>	16.452,566	33.615,454	99.554,992	26.441,827	1.337,332	177.402,171
<b>I</b>	9.506,281	23.067,846	70.751,567	11.078,198	947,258	115.351,150
<b>K</b>	2.313,374	12.666,827	22.962,705	7.975,173	569,036	46.487,115
<b>LMN</b>	9.422,378	38.767,155	50.442,647	28.978,114	1.828,966	129.439,260
<b>O</b>	9.339,436	19.982,900	76.451,624	20.465,067	1.070,581	127.309,608
<b>P</b>	14.850,115	29.827,478	75.544,155	24.355,911	1.447,281	146.024,940
<b>Q</b>	6.908,835	35.789,512	45.110,137	31.542,610	2.216,522	121.567,616
<b>RSTU</b>	24.416,130	31.282,509	81.976,397	15.337,739	759,307	153.772,082
<b>Total Geral</b>	<b>386.245,600</b>	<b>416.367,662</b>	<b>1.745.482,368</b>	<b>291.004,198</b>	<b>16.312,612</b>	<b>2.855.412,440</b>

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023). Elaboração própria.

Analisando as Tabelas 1 e 2 é possível observar que houve um crescimento não apenas populacional, mas também da empregabilidade no mundo ao longo desses 30 anos e isso pode ser explicado por diversos motivos, porém este trabalho considera que um dos fatores mais importantes que influenciam essa tendência é o processo de desruralização que será desenvolvido mais adiante.

A escolha desse recorte temporal se justifica uma vez que este período abrange transformações cruciais no regime de acumulação capitalista que começaram nos anos 1970 e se consolidaram ao longo das décadas seguintes. Nesse período, a crise do fordismo marcou o início de uma transição para um novo regime de acumulação, conhecido como “acumulação flexível”, caracterizado pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, p. 140, 1989), bem como pela reconfiguração espacial e organizacional do capital. Este contexto proporcionou um ambiente favorável para a era da financeirização econômica, que também foi combinado com a retirada dos direitos trabalhistas (HUSSON, 2006).

A década de 1990 representa um momento em que essas mudanças já estavam bem estabelecidas e começavam a mostrar seus impactos mais profundos nas estruturas econômicas e sociais globais. Esta nova ordem econômica mundial foi marcada pela predominância do neoliberalismo, pela integração crescente dos mercados globais e pelo surgimento de novas tecnologias que revolucionaram os processos de produção e o mercado de trabalho (HARVEY, 1989).

Por outro lado, o ano de 2020 oferece um ponto de comparação com o cenário atual, permitindo uma análise das continuidades e rupturas nos processos de acumulação capitalista ao longo de três décadas. Logo, ao comparar os dados e as tendências de 1990 com as de 2020, é possível identificar como essas mudanças estruturais e conjunturais<sup>3</sup> influenciaram as condições de trabalho e a qualidade de vida das pessoas.

Já no que se refere às classificações de atividades econômicas utilizadas neste trabalho, vale ressaltar que estas foram fundamentadas por uma revisão bibliográfica sobre o tema e pela disponibilidade de dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ao analisar artigos, livros e relatórios oficiais dos governos de diversos países, foi possível identificar as categorias de atividades econômicas mais frequentemente utilizadas e debatidas na literatura especializada, que forneceram uma base teórica e empírica sólida, garantindo que as classificações adotadas estejam em consonância com as práticas estabelecidas pela comunidade científica.

Outrossim, é importante sinalizar que as ocupações abordadas são exclusivamente referentes aos trabalhos assalariados, não sendo considerados os serviços informais, domésticos, de cuidado, entre outros. Por mais que se reconheça a importância dos trabalhos que não são valorizados na esfera econômica e que essa invisibilidade é agravada pela divisão internacional do trabalho, essa delimitação foi necessária para estar em consonância com os dados disponíveis e com a literatura.

Outra ressalva que deve ser pontuada em relação às delimitações deste trabalho é o entendimento dos riscos das generalizações, uma vez que podem simplificar excessivamente a realidade, não considerando a complexidade e nuances dos fenômenos, nem abrangendo as particularidades do que está sendo estudado. Todavia, considera-se importante também fazer

---

<sup>3</sup>Este trabalho utiliza a definição de “estrutura” e “conjuntura” de acordo com as formulações de Antonio Gramsci. Entende-se por “estrutura” os elementos estáveis e permanentes de uma sociedade, que correspondem às relações de produção e às bases econômicas de uma formação social, sendo esta o que condiciona a vida social e política. Por outro lado, utiliza-se “conjuntura” para se referir aos fenômenos mais imediatos, às situações temporárias e às circunstâncias específicas que afetam a vida social, política e econômica em um determinado período, sendo este um movimento que ocorre dentro da estrutura. Nas palavras do autor, ‘no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia a dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente’ (GRAMSCI, 2007, p. 37)

uma análise mais abrangente dos fenômenos estudados visando identificar padrões e tendências que ajudem a entender a origem de certas manifestações em cada lugar.

Na intenção de dimensionar de forma mais apurada os dados previamente expostos, as Tabelas 3 e 4 apresentam uma proporção da quantidade de pessoas empregadas em cada grupo de atividade em relação ao total de pessoas empregadas à nível global tanto nos anos 1991, quanto nos anos 2020.

Tabela 3 – Porcentagem de pessoas empregadas em cada grupo de atividade em relação ao total global (1991)

<b>Atividades Econômicas</b>	<b>África</b>	<b>América</b>	<b>Ásia</b>	<b>Europa</b>	<b>Oceania</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	5,36%	1,90%	34,43%	1,43%	0,04%	43,17%
<b>B</b>	0,07%	0,07%	0,35%	0,16%	0,01%	0,66%
<b>C</b>	0,79%	2,28%	9,49%	3,12%	0,07%	15,75%
<b>DE</b>	0,03%	0,16%	0,43%	0,20%	0,01%	0,83%
<b>F</b>	0,26%	0,87%	2,30%	1,03%	0,03%	4,49%
<b>G</b>	1,01%	2,40%	4,96%	1,74%	0,09%	10,20%
<b>HJ</b>	0,26%	0,94%	2,24%	0,93%	0,04%	4,41%
<b>I</b>	0,17%	0,64%	0,90%	0,34%	0,03%	2,08%
<b>K</b>	0,04%	0,46%	0,39%	0,34%	0,02%	1,25%
<b>LMN</b>	0,07%	0,82%	0,36%	0,59%	0,04%	1,88%
<b>O</b>	0,25%	0,59%	2,16%	0,89%	0,03%	3,93%
<b>P</b>	0,30%	0,95%	1,67%	1,01%	0,03%	3,97%
<b>Q</b>	0,13%	0,95%	1,09%	1,02%	0,04%	3,23%
<b>RSTU</b>	0,36%	1,13%	1,89%	0,74%	0,02%	4,15%
<b>Total Geral</b>	9,12%	14,16%	62,68%	13,55%	0,49%	100,00%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023). Elaboração própria.

Tabela 4 – Porcentagem de pessoas empregadas em cada grupo de atividade em relação ao total global (2020)

<b>Atividades Econômicas</b>	<b>África</b>	<b>América</b>	<b>Ásia</b>	<b>Europa</b>	<b>Oceania</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	6,40%	1,38%	18,19%	0,50%	0,03%	26,50%
<b>B</b>	0,12%	0,08%	0,30%	0,09%	0,01%	0,60%
<b>C</b>	1,07%	1,66%	10,16%	1,45%	0,04%	14,38%
<b>DE</b>	0,07%	0,14%	0,51%	0,21%	0,01%	0,95%
<b>F</b>	0,62%	1,04%	5,35%	0,67%	0,05%	7,73%
<b>G</b>	1,99%	2,40%	8,30%	1,45%	0,08%	14,21%
<b>HJ</b>	0,58%	1,18%	3,49%	0,93%	0,05%	6,21%
<b>I</b>	0,33%	0,81%	2,48%	0,39%	0,03%	4,04%
<b>K</b>	0,08%	0,44%	0,80%	0,28%	0,02%	1,63%
<b>LMN</b>	0,33%	1,36%	1,77%	1,01%	0,06%	4,53%
<b>O</b>	0,33%	0,70%	2,68%	0,72%	0,04%	4,46%
<b>P</b>	0,52%	1,04%	2,65%	0,85%	0,05%	5,11%

<b>Q</b>	0,24%	1,25%	1,58%	1,10%	0,08%	4,26%
<b>RSTU</b>	0,86%	1,10%	2,87%	0,54%	0,03%	5,39%
<b>Total Geral</b>	13,53%	14,58%	61,13%	10,19%	0,57%	100,00%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2024). Elaboração própria.

Ao analisar os dados das Tabelas 3 e 4 é possível identificar três principais tendências que ocorrem tanto a nível mundial, quanto à nível continental, que serão os pilares deste trabalho, sendo essas: uma significativa diminuição das atividades primárias; bem como uma retração relativa das atividades secundárias e um aumento substancial das atividades terciárias.

Por exemplo, a nível mundial a mudança mais marcante que se é possível notar é a diminuição de 16% das pessoas empregadas na agricultura na Ásia e, mesmo assim, a região ainda conta com cerca de 60% dos trabalhadores empregados mundialmente. Ademais, houve também um aumento da categoria F (Construção) à nível mundial de 3,2%, porém, dentre as regiões analisadas, a que representou um aumento mais significativo nesse mesmo setor foi a Ásia, com um crescimento de 3%, o que evidencia o peso da região à nível mundial.

Para se ter uma dimensão ainda mais refinada dos fenômenos em questão, basta analisar os dados das Tabelas 5 e 6 com a porcentagem de pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região que se está inserido nos anos de 1991 e 2020.

Tabela 5 – Porcentagem das pessoas empregadas em cada setor da economia em 1991

<b>Setor da economia</b>	<b>África</b>	<b>América</b>	<b>Ásia</b>	<b>Europa</b>	<b>Oceania</b>	<b>Mundo</b>
<b>Setor primário</b>	59,63%	13,96%	55,49%	11,70%	8,8%	43,83%
<b>Setor secundário</b>	11,90%	23,32%	19,49%	32,11%	22,58%	21,07%
<b>Setor terciário</b>	28,47%	62,72%	25,02%	56,19%	68,62%	35,10%
<b>Total Geral</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023). Elaboração própria.

Tabela 6 – Porcentagem das pessoas empregadas em cada setor da economia em 2020

<b>Setor da economia</b>	<b>África</b>	<b>América</b>	<b>Ásia</b>	<b>Europa</b>	<b>Oceania</b>	<b>Mundo</b>
--------------------------	---------------	----------------	-------------	---------------	----------------	--------------

<b>Setor primário</b>	48,14%	10,04%	30,26%	5,81%	6,57%	27,10%
<b>Setor secundário</b>	13,05%	19,47%	26,22%	22,88%	17,51%	23,06%
<b>Setor terciário</b>	38,81%	70,49%	43,52%	71,31%	75,92%	49,84%
<b>Total Geral</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023). Elaboração própria.

Nota-se que tanto a primeira tendência quanto a terceira ocorrem em todas as regiões analisadas, ou seja, à nível mundial. Da mesma maneira que houve uma diminuição de 16% das pessoas empregadas no setor primário à nível mundial, houve um crescimento de cerca de 14% do setor terciário e 2% do setor secundário, o que indica que as pessoas estão saindo do setor primário e migrando para o setor terciário.

Já a segunda tendência apresenta certas ressalvas e, por isso, merece alguns esclarecimentos. Por mais que haja uma retração dessas atividades na América (-3,85%), na Europa (-9,23%) e na Oceania (-5,07%), há também uma expansão desta na África (1,25%) e na Ásia (6,73%), bem como à nível mundial (1,99%). Esse crescimento mundial é explicado principalmente pela importância da Ásia, que sustenta essa expansão global, apesar das retrações nos demais continentes.

Sendo assim, este trabalho considera que a particularidade em questão - a destruição dos empregos industriais - adjunta do movimento de desruralização à nível global, criam um contexto de expansão do setor de serviços. Da mesma forma, reconhece-se que essa dinâmica não é homogênea entre as regiões centrais, semiperiféricas e periféricas. *Portanto, busca-se entender as diferenças qualitativas e substantivas entre regiões tipicamente periféricas no que se refere à origem do setor de serviços e seus respectivos impactos na vida da classe trabalhadora dessas regiões, especificamente entre a América Latina e o Leste Asiático.*

Antes de aprofundar esta questão, considera-se necessário elucidar alguns termos que serão utilizados neste trabalho. Para Giovanni Arrighi, o que define a posição de um determinado Estado dentro da economia-mundo capitalista é a sua capacidade de se apropriar dos benefícios decorrentes da divisão mundial do trabalho (ARRIGHI, 1997, p. 215). Dependendo do lugar que determinado Estado ocupa na hierarquia de riqueza, este vai desempenhar uma função específica na divisão mundial do trabalho, ou seja,

Quanto mais alto na hierarquia de riqueza está um Estado, melhor posicionados estão seus dirigentes e cidadãos na disputa por benefícios. Suas oportunidades de iniciar e controlar processos de inovação ou proteger-se dos efeitos negativos dos processos de inovação iniciados e controlados por outros são distintamente melhores do que as oportunidades dos dirigentes e cidadãos posicionados mais abaixo na hierarquia de riqueza. (ARRIGHI, 1997, p. 215).

Ainda para o autor (1997, p. 215) as três camadas na hierarquia de riqueza são: o agrupamento superior (ou centro), o agrupamento inferior (ou periferia) e o agrupamento intermediário (ou semiperiferia). Vale destacar que os termos serão utilizados para se referir exclusivamente às posições dos países em relação à divisão mundial do trabalho. Logo,

Os Estados posicionados no agrupamento superior se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho e, nesse sentido, constituem o núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento inferior colhem os benefícios que, no máximo, cobrem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho e constituem a periferia da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento intermediário (Estados semiperiféricos) se apropriam dos benefícios que excedem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho, mas menos do que é necessário para manter o padrão de riqueza estabelecido pelos Estados do núcleo orgânico. (ARRIGHI, 1997, p. 215).

Arrighi ainda delimita o Perímetro do Centro (PC) e o Perímetro da Periferia (PP), como sendo “a fronteira inferior da zona do núcleo orgânico e a fronteira superior da zona periférica” (ARRIGHI, p. 160, 1997), sendo estes o limiar nos quais os Estados podem ou não melhorar a combinação de atividades que se encontra dentro de suas respectivas jurisdições.

Para o autor, os países semiperiféricos são os responsáveis por legitimar e dar estabilidade para esse sistema desigual e polarizado, uma vez que, ao combinar atividades de núcleo orgânico e periféricas, esses Estados passam a ter “o poder de resistir à periferização, embora não tenham poder suficiente para superá-la completamente e passar a fazer parte do núcleo orgânico.” (ARRIGHI, 1997, p. 140).

Visando estar em consonância com os pressupostos citados e inspirado na produção do autor italiano Giovanni Arrighi em sua obra “A Ilusão do Desenvolvimento” (1997), os Quadros 2 e 3 mostram os países que foram utilizados para compor os dados desta pesquisa e o Quadro 4 expõe uma síntese das mobilidades que ocorrem ao longo desses 30 anos.

Vale destacar que a classificação empregada neste trabalho se refere à aplicação da metodologia de Arrighi, que utiliza uma abordagem histórico-estrutural para entender as dinâmicas globais de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Ademais, os dados mais recentes são do CWEdata, produto do projeto de extensão desenvolvido pela Universidade

Federal de Santa Catarina intitulado “Desenvolvimento Orientado por dados: uma visão histórico-mundial da economia e do sistema internacional”. O CWEDATA é uma base de dados que reúne informações de diversas fontes, estruturadas temporal e territorialmente, permitindo análises da economia e do sistema internacional em uma perspectiva histórico-mundial. O projeto também está em concordância com a metodologia do Arrighi aplicada aos dados mais recentes. Dessa forma, o projeto organiza os países em categorias de centro, semiperiferia e periferia dentro do sistema econômico global.

Quadro 2 – Localização dos países na hierarquia de riqueza em 1991

<b>Zona</b>	<b>Países</b>
<b>Centrais</b>	Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Áustria, Bahamas, Bahrein, Barbados, Bélgica, Brunei, Canadá, Chipre, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Hong Kong (China), Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Macau (China), Malta, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Singapura e Suécia.
<b>Perímetro do centro</b>	Argentina, Omã e Porto Rico.
<b>Semiperiférico</b>	Argélia, Bielorrússia, Belize, Botswana, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Fiji, Gabão, Ilhas Maurício, Jamaica, Macedônia do Norte, Malásia, México, Namíbia, Peru, Rússia, África do Sul, Sudão, Tailândia, Turquia, Ucrânia e Uruguai.
<b>Perímetro da periferia</b>	Colômbia, Essuatíni, Líbano, Marrocos, República Dominicana, Romênia, Tonga e Tunísia.
<b>Periférico</b>	Albânia, Armênia, Bangladesh, Benin, Bolívia, Bulgária, Burundi, Butão, Camarões, Chade, China, Comores, Congo, Costa do Marfim, Egito, El Salvador, Etiópia, Filipinas, Gâmbia, Gana, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Madagascar, Mali, Maurítânia, Moçambique, Mongólia, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Paquistão, Quênia, Quirguistão, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Tanzânia, Togo, Uganda, Vanuatu e Zimbábue.

Fonte: CWEdata (2024).

Quadro 3 – Localização dos países na hierarquia de riqueza em 2020

<b>Zona</b>	<b>Países</b>
<b>Centrais</b>	Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brunei, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França, Hong Kong (China), Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Macau (China), Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Reino Unido, Singapura e Suécia.
<b>Perímetro do centro</b>	Arábia Saudita, Bahamas, Bahrain, Malta, Portugal e Porto Rico.
<b>Semiperiférico</b>	Argentina, Barbados, Bielorrússia, Brasil, Bulgária, Chile, China, Chipre, Costa Rica, Gabão, Ilhas Maurício, Malásia, México, Omã, República Dominicana, Romênia, Rússia, Tailândia, Turquia e Uruguai.
<b>Perímetro da periferia</b>	Albânia, Belize, Botswana, Colômbia, Equador, Líbano, Macedônia do Norte, Peru, África do Sul e Tonga.

<b>Periférico</b>	Albânia, Argélia, Armênia, Bangladesh, Benin, Bolívia, Bulgária, Burundi, Butão, Camarões, Chade, China, Comores, Congo, Costa do Marfim, Egito, El Salvador, Essuatíni, Etiópia, Fiji, Filipinas, Gâmbia, Gana, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Jamaica, Madagascar, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Mongólia, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Paquistão, Quênia, Quirguistão, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Ucrânia, Uganda, Vanuatu e Zimbábue.
-------------------	---

Fonte: CWEdat (2024).

Quadro 4 – Mobilidade dos países na hierarquia de riqueza de 1991 para 2020

Mobilidade	Países
Centro para Perímetro do Centro	Arábia Saudita, Bahamas, Bahrein, Malta e Portugal.
Centro para Semiperiferia	Barbado e Chipre.
Perímetro do Centro para Semiperiferia	Argentina e Omã.
Semiperiferia para Perímetro da Periferia	África do Sul, Belize, Botswana, Equador, Macedônia do Norte e Peru.
Semiperiferia para Periferia	Argélia, Fiji, Jamaica, Namíbia, Sudão e Ucrânia.
Perímetro da Periferia para Periferia	Essuatíni, Marrocos e Tunísia.
Perímetro da Periferia para Semiperiferia	República Dominicana e Romênia.
Periferia para Semiperiferia	Bulgária e China.
Periferia para Perímetro da Periferia	Albânia.

Fonte: CWEdat (2024).

Percebe-se que, ao longo desses 30 anos, nenhum país ascendeu ao centro, sendo os que permanecem nesta categoria em 2020 os que já estavam em 1991. Os únicos países analisados que tiveram uma “ascensão” na hierarquia de riqueza foram Romênia, República Dominicana, Bulgária, China e Albânia. Todavia, apenas a Bulgária e a China tiveram uma mobilidade ascendente mais significativa, migrando de periferia para semiperiferia em aproximadamente 30 anos.

Isto posto, o questionamento orientador que fomenta a discussão que se seguirá é: *Qual é a origem da expansão do setor de serviços na América Latina e no Leste Asiático?*

A escolha desta pergunta de pesquisa optou por priorizar a terceira tendência em detrimento da primeira e da segunda, uma vez que entende-se não apenas que este trabalho possui um escopo limitado para se desenvolver todas as tendências, bem como que optou-se focar neste ponto uma vez que é o que mais tem crescido e ocupado espaço no mundo ao longo dos anos, como evidenciado anteriormente. Ademais, a escolha de ambas as regiões para realizar essa comparação se justifica uma vez que as suas respectivas trajetórias de

desenvolvimento são de extrema importância no que se refere à estruturação do capitalismo moderno e a formação de uma hierarquia mundial.

A escolha da América Latina para essa comparação se justifica pela trajetória de desindustrialização<sup>4</sup> que a região vivenciou nas últimas décadas. Após um período inicial de industrialização voltada para a substituição de importações no século XX, muitos países latino-americanos enfrentaram um esgotamento desse modelo, resultando na retração do setor manufatureiro, como será evidenciado nos capítulos posteriores. Esse fenômeno foi acompanhado pela expansão do setor de serviços, que se tornou um dos principais motores econômicos, porém, sem gerar os mesmos níveis de produtividade e inovação que o setor industrial.

De acordo com Neto (2016), a desindustrialização na América Latina é mais evidente a partir da década de 1990, especialmente nos casos do Brasil, da Argentina, do México e do Chile. O autor faz uma análise empírica considerando a parcela da indústria no emprego total e no valor agregado total, bem como na decomposição da produtividade do trabalho para investigar a desindustrialização. Ainda de acordo com Neto (2016), o setor industrial, por mais que tenha surgido no século passado na região, já atingiu o seu pico, tanto no emprego, quanto no valor agregado. Logo, um dos principais argumentos a favor da hipótese de desindustrialização prematura é a relação com o baixo PIB *per capita* dos países latinos quando estes atingiram o seu pico de participação na manufatura no emprego total (NETO, 2016).

A desindustrialização na América Latina, portanto, é um processo crucial para entender a reorganização econômica da região no contexto do capitalismo global e os desafios impostos pela integração desigual nas Cadeias Globais de Valor (CGV). Isso torna a análise do setor de serviços indispensável para compreender as transformações na estrutura produtiva da região e sua posição na hierarquia mundial do sistema capitalista.

Já a escolha por esta segunda região se dá não apenas pelo fato de ser impossível estudar as mudanças do trabalho à nível mundial sem notar a prevalência avassaladora da Ásia em todas as categorias de atividades, uma vez que aproximadamente 60% de toda a força

---

<sup>4</sup> O conceito clássico de desindustrialização foi criado por Rowthorn e Ramaswamy (1999), que o definem enquanto um processo cuja parcela do emprego industrial no emprego total está caindo. Posteriormente, Tregenna (2009) acrescentou que além dessa queda, o fenômeno também é acompanhado por uma queda do valor agregado industrial no PIB. Todavia, entende-se tanto a complexidade do conceito de desindustrialização, quanto a necessidade de expandi-lo.

de trabalho se concentra nesse continente, tanto em 1991, quanto em 2020, mas também pelo destaque dessa região a partir da segunda metade do século XX. Países como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e, mais recentemente, China, adotaram estratégias de desenvolvimento orientadas para a exportação e conseguiram transformar suas economias agrárias em potências industriais, integrando-se de uma forma mais favorável as cadeias de valor globais. A ascensão da China, em particular, alterou significativamente a dinâmica do capitalismo global, tornando-se um dos principais motores do crescimento econômico mundial e um centro de inovação tecnológica (ARRIGHI, 2008).

Em *Adam Smith em Pequim* (2008), Arrighi discorre longamente sobre o declínio da hegemonia estadunidense, bem como sobre as condições para a ascensão chinesa e como ambas variáveis moldam um novo ciclo de acumulação sistêmica, centrado no Leste da Ásia. Para o autor, essa decadência se iniciou com a crise de acumulação capitalista citada previamente, adjunta da crise do governo George W. Bush e seus projetos conservadores de guerras unilaterais no Iraque e no Afeganistão, que fomentaram diversos questionamentos acerca do exercício de poder global por parte dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2008). Porém, o processo de decadência da hegemonia estadunidense não significa, para Arrighi, que os Estados Unidos não exerceriam mais um papel relevante como potência dominante no cenário internacional. Para defender essa tese, o teórico italiano explora o conceito de hegemonia, que não será analisado neste trabalho.

Nesse contexto, a aposta de Arrighi é a de que a ascensão chinesa seria uma variante provável para sanar a lacuna deixada pelo declínio dos Estados Unidos, apresentando potencial para ser o centro ordenador da nova ordem mundial por meio de uma ascensão pacífica (ARRIGHI, 2008). A abertura promovida por Deng Xiaoping nos anos 1980 seguida do caminho considerado o “adequado” para o desenvolvimento onde “a maior parte do capital é em primeiro lugar dirigido para a agricultura, depois para a manufatura, e por último para o comércio exterior” (ARRIGHI, 2008, p. 51) justifica o desenvolvimento chinês para posteriormente desempenhar essa função no cenário internacional.

À vista disso, acredita-se que, apesar de ambas as regiões serem tipicamente periféricas, os motivos que explicam o crescimento do terceiro setor em cada uma são distintos. Considerando que a América Latina adotou o modelo de desenvolvimento de substituição de importações enquanto um esforço de industrializar suas economias, parte-se

do pressuposto de que a expansão do setor terciário na região foi decorrente de uma tentativa das pessoas sobreviverem ao processo de esgotamento desse modelo.

A alteração da dinâmica econômica que se seguiu a partir da década de 1970 com o surgimento do regime de acumulação flexível e a supremacia do capital financeiro, que colocava em crise o Estado do Bem-Estar Social, foi marcada pelo avanço do neoliberalismo, pelos processos de desindustrialização e pela crise da dívida externa (HARVEY, 2014). Isto significa que, em um contexto de ausência de crescimento, as pessoas recorreram à informalidade como estratégia de sobrevivência, caracterizando a expansão do setor terciário nessa região como sendo uma alternativa ao esgotamento do regime de acumulação capitalista até então vigente.

Já na Ásia, mais especificamente no Leste Asiático, na medida em que a região tornou-se a “a oficina do mundo”, acredita-se que a incorporação das pessoas no setor de serviços tenha aumentado sob influência do crescimento industrial, como um *efeito dominó*. Ou seja, enquanto os serviços se expandiram substituindo a destruição dos empregos industriais na América Latina, na Ásia estes se expandiram seguindo uma trajetória industrializante na medida que complementam o avanço da complexificação industrial decorrente do seu modelo de desenvolvimento (ARRIGHI, 2008).

O presente trabalho considera que o crescimento do terceiro setor à nível mundial é um sintoma da reestruturação do capital, que teve seu início na década de 70, porém que existe uma diferença qualitativa e substantiva entre esse crescimento nas regiões periféricas. Essa diferença possui reverberações distintas nas condições de trabalho da classe trabalhadora em regiões que são tipicamente periféricas, uma vez que, nos dias atuais, a fronteira da acumulação capitalista está vinculada aos serviços industriais, principalmente às atividades que dão subsídio e viabilizam a produção industrial de alta tecnologia (HARVEY, 2014).

Logo, a complementaridade entre indústria e serviços cria uma demanda por trabalhadores mais qualificados, que exigem um maior grau de educação e formação profissional, influenciando diretamente a formação de salários, condições dos empregos e qualidade de vida desses trabalhadores. Por outro lado, uma economia majoritariamente composta por serviços como uma alternativa de sobrevivência tende a resultar em empregos com maior grau de precariedade e informalidade, bem como menos seguridade e benefícios,

afetando da mesma forma as condições de trabalho e os níveis de qualidade de vida da classe trabalhadora latino-americana.

Diante do que foi exposto, pretende-se responder nas páginas que se seguem a seguinte pergunta de pesquisa já exposta anteriormente: *Qual é a origem da expansão do setor de serviços na América Latina e no Leste Asiático?*

Para que seja possível cumprir este propósito, o trabalho em questão está dividido em seis partes. Esta Introdução possui o intuito de apresentar a problemática acerca do trabalho, bem como a hipótese, os objetivos, a justificativa desta pesquisa, os materiais que foram utilizados e as limitações. A seguir, o segundo capítulo foca no processo de proletarização, conceito importante para se estudar o que foi proposto por este trabalho. Em seguida, o terceiro capítulo se concentra na forma de organização do trabalho em cada regime de acumulação com base na bibliografia de David Harvey. No capítulo quatro, exploram-se os modelos de desenvolvimento de ambas as regiões, América Latina e Leste da Ásia, com enfoque nas diferenças que se sucederam a partir do modelo de substituição de importações adotado em ambas, utilizando autores como Vânia Bambirra, Maria da Conceição Tavares e Chang. O quinto capítulo foca especificamente na análise detalhada dos dados previamente expostos nesta introdução acerca da quantidade de pessoas empregadas em cada setor da economia, visando colher os frutos do que foi plantado ao longo desta produção para, por fim, chegar às considerações finais, último capítulo desta monografia.

## 2. O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO

Uma variável comum geral à lógica de acumulação capitalista é a proletarização. Historicamente, esse fenômeno está relacionado à transição de uma economia predominantemente agrária para uma economia mais urbana e implica na perda da autonomia econômica dos indivíduos na medida em que estes se tornam dependentes da venda de sua força de trabalho para garantir a sobrevivência.

Para entender o processo de proletarização, é fundamental mapear o contexto que possibilita seu surgimento. De acordo com Wallerstein (2022), a característica que distingue o capitalismo histórico enquanto sistema social e de produção dos demais é o fato de que o capital (riqueza acumulada) passou a ser utilizado visando se auto expandir.

Antes dos tempos modernos, o circuito do capital praticamente nunca se completava devido à não-disponibilidade de um ou alguns de seus elementos constituintes, como: reservas financeiras acumuladas e disponibilidade tanto de mão de obra, quanto de consumidores com poder de compra (WALLERSTEIN, 2001). O que justifica essa ausência para o autor em questão é que nos sistemas sociais históricos anteriores, os elementos supracitados não haviam sido transformados em mercadorias e o que acontece com o capitalismo é justamente a ampla mercantilização não apenas dos processos de troca, produção e investimento, bem como das próprias relações sociais presentes em todas as esferas da vida, uma vez que a sua máxima é a acumulação incessante de capital (WALLERSTEIN, 2001)

Todavia, é possível potencializar o lucro dos capitalistas quando nem todos os elos das cadeias mercantis adotam o regime de assalariamento como mecanismo de controle sobre o trabalho, já que, ao deixar certos aspectos fora do circuito do capital, os custos de produção tendem a se reduzir. Pode-se citar como exemplo os trabalhadores informais, que ao não ter os benefícios e regulamentações que o trabalho formal proporciona, permitem que os capitalistas paguem menos por sua força de trabalho, aumentando os seus lucros. Da mesma forma, pode-se citar o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, desempenhado majoritariamente por mulheres, que também reduz os custos para os capitalistas, já que esse trabalho é essencial para a reprodução da força de trabalho, porém não é pago (MOORE, 2022).

Além disso, a apropriação de recursos naturais não mercantilizados ou subvalorizados, como a extração de matérias-primas em terras indígenas ou áreas públicas, permite o acesso a

esses recursos a um custo muito baixo, resultando em maiores lucros (MOORE, 2022). De acordo com Jason Moore (2022),

A acumulação primitiva foi, portanto, mais do que propriedade, proletarização e pilhagem. Marcou as origens da Natureza Barata como uma estratégia de acumulação. Mas Barato não é gratuito. Com Barato, sublinho como o capitalismo apropria-se do trabalho/energia e da utilidade biofísica produzidos com mínima força de trabalho, e diretamente implicados na produção e troca de mercadorias. (Aqui está o uso e o valor de troca de Marx mediado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.) As Naturezas Baratas promovem o renascimento da acumulação mundial ao reduzir a composição do valor de um ou mais dos Quatro Grandes insumos (trabalho, alimentos, energia, matérias-primas) abaixo da média do sistema. Ao fazer isso, reduzem os custos de produção para o sistema como um todo (MOORE, 2022, p. 18, tradução nossa)

Ao transformar mais atividades em mercadorias, o sistema cria novas oportunidades de lucro, expandindo mercados e integrando mais pessoas e recursos. Essa mercantilização generalizada permite a acumulação de capital em novos nichos, mas também revela uma contradição interna, já que a mercantilização de tudo tende a esgotar essas fontes de lucro ao aumentar os custos que inicialmente eram evitados. Assim, enquanto o capitalismo busca maximizar lucros pela mercantilização, ele também depende de áreas não mercantilizadas para manter baixos os custos de produção, criando uma dinâmica complexa entre a mercantilização e os espaços ainda não mercantilizados fornecedores de recursos.

Ainda sobre o ponto em questão, Wallenstein afirma que

Há um grande e disperso conjunto de trabalhadores que recebem algum tipo de remuneração, lançada como custo em um registro contábil. Há também um conjunto de pessoas, muito menor mas também disperso, que divide de algum modo o excedente criado - ao longo da cadeia mercantil - pela diferença entre os custos totais de produção e a renda total decorrente da venda do produto final. Estas pessoas operam como agentes econômicos distintos e não se reconhecem como parceiros (WALLERSTEIN, 2001, p. 16)

Em um contexto de maximização da acumulação, os capitalistas que possuem mais perspicácia, superior capacidade de gerenciamento da sua força de trabalho contratada e maior acesso às decisões que regulamentam os monopólios tendem a possuírem maiores taxas de acumulação individual, sendo esta considerada mais uma das contradições do sistema, uma vez que os capitalistas, enquanto classe, optam por aumentar a sua participação em uma

margem global menor em detrimento de uma participação menor em uma margem global maior visando não favorecer capitalistas específicos (WALLERSTEIN, 2001, p. 16).

Este fato leva a outra contradição do sistema: na medida em que mais capital se acumula, mais mercantilizado se tornam os processos e mais mercadorias são produzidas, o que exige proporcionalmente mais consumidores, porém algumas tentativas de se reduzir o custo de produção podem também afetar diretamente o crescimento estável do número de compradores, já que o crescimento da renda não necessariamente acompanha esse processo de forma proporcional, como exemplificado anteriormente (WALLERSTEIN, 2001).

Outra justificativa para tal fato é que a redistribuição do lucro global tende a reduzir a margem global de lucro, já que a intensificação da concorrência reduz a capacidade dos agentes econômicos de manter altos preços e margens de lucro.

Uma vez inserido em um sistema que visa a acumulação incessante de capital e que é detentor de intrínsecas contradições, um dos mecanismos mais assertivos para contornar, mesmo que temporariamente, essas contradições é o controle da força de trabalho. As principais questões que surgem referente a esse componente do circuito do capital são a sua disponibilidade e custo. As relações sociais de produção fixas dependem muito de um mercado estável para obter lucro, enquanto que uma força de trabalho variável necessita assegurar uma remuneração suficiente para cobrir os períodos em que não recebem remuneração (WALLERSTEIN, 2001).

A longo prazo, uma força de trabalho fixa acaba por ser mais vantajosa em termos de custos para os capitalistas, todavia esse mesmo caráter cria uma limitação para os produtores uma vez que estes somente podem expandir a sua produção se há disponibilidade de força de trabalho. Todo esse contexto cria as condições necessárias para o assalariamento, já que este surge como uma solução para manter essa força de trabalho disponível e estável, garantindo a continuidade da produção e a acumulação de capital na medida em que sempre há um grupo de pessoas permanentemente disponíveis para um determinado emprego.

No capitalismo, houve uma proletarização crescente da força de trabalho, porém ao mesmo tempo seu crescimento foi pequeno se considerar “todas as pessoas cujo trabalho foi incorporado de uma maneira ou de outra às cadeias mercantis” (WALLERSTEIN, p. 22, 2001). De forma simultânea, sucedeu-se uma correlação entre divisão do trabalho e valorização deste e foi tornando-se cada vez mais evidente a vinculação de papéis específicos:

O trabalho produtivo (assalariado) se tornou tarefa principalmente do homem/pai adulto e secundariamente de outros homens adultos mais jovens. O trabalho não produtivo (de subsistência) se tornou tarefa principalmente da mulher/mãe adulta e secundariamente de outras mulheres, além das crianças e dos idosos (WALLERSTEIN, 2001, p. 23)

A distinção social entre trabalho produtivo (assalariado) e improdutivo (não produz excedente que possa ser apropriado) passou a ser imposta sobre a classe trabalhadora e os trabalhos atribuídos às mulheres, idosos e crianças foi sendo desvalorizado na mesma medida em que os atribuídos aos homens passaram a ser mais valorizados, institucionalizando cada vez mais o sexismo (WALLERSTEIN, 2001). A divisão do trabalho por gênero e idade, assim como a identificação de grupos étnicos específicos não apenas consolida os padrões das unidades domiciliares semiproletárias, bem como ajuda a justificar o fenômeno de expansão da mercantilização, que por sua vez continua limitado (WALLERSTEIN, 2001).

Wallerstein justifica o fato em questão baseado no conceito de “patamar salarial mínimo aceitável”. À medida que os capitalistas buscam constantemente reduzir os custos de produção pagando menos pelo trabalho assalariado, o menor nível de salário que os trabalhadores estão dispostos a aceitar depende do tipo de unidade domiciliar em que estão inseridos.

Dito de maneira simples: para trabalhos idênticos, com níveis idênticos de eficiência, o trabalhador assalariado inserido em uma unidade domiciliar muito dependente da renda de salários (vamos chamá-la de unidade domiciliar proletária) tendeu a buscar um patamar monetário mais alto (abaixo do qual seria irracional que ele realizasse o trabalho assalariado) do que o trabalhador assalariado oriundo de uma unidade domiciliar pouco dependente da renda salarial (vamos chamá-la unidade domiciliar semiproletária) (WALLERSTEIN, 2001, p. 25)

As unidades domiciliares proletárias que dependem de forma majoritária da renda salarial para cobrir os custos socialmente necessários de sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora estão mais dispostas a aceitar condições de trabalho mais precárias e salários mais baixos. Essa disposição decorre da necessidade de garantir um mínimo de subsistência, mesmo que isso signifique sacrificar direitos trabalhistas e qualidade de vida. Já as famílias em que o salário depende menos da renda domiciliar total tendem a ser menos vulneráveis às pressões do mercado, uma vez que é mais suscetível que estes indivíduos aceitem um

emprego que aumente a sua renda em uma menor proporção do que o aumento de suas horas trabalhadas (WALLERSTEIN, 2001).

A existência de unidades domiciliares semiproletárias permite a criação de excedentes que contribuem para manter baixo o patamar do salário mínimo aceitável, o que justifica a preferência dos empregadores pelos trabalhadores provenientes de unidades domiciliares semiproletárias, já que isso permite que suas margens de lucratividade sejam maiores pois o nível de salário mínimo para domicílios proletários é maior. Logo, uma pergunta que Wallerstein desenvolve ao longo de sua obra que é pertinente para este trabalho é: por que houve proletarização? (WALLERSTEIN, 2001).

Antes de responder à pergunta, é necessário considerar que existe uma acentuada polarização entre as áreas centrais e periféricas no que se refere à acumulação de capital, originada, por sua vez, pela divisão social do trabalho que constituem as cadeias mercantis. O deslocamento de excedentes para o centro possibilitou uma maior concentração de capital, que foi utilizado tanto para intensificar a mecanização e criar novas vantagens competitivas para os produtores das áreas centrais, quanto para fortalecer os seus aparatos estatais, que passaram a impor sobre a periferia os trabalhos localizados em uma posição inferior na Cadeia Global de Valor, com menores remunerações e menos direitos. Dessa forma, foram criados diferentes níveis de salários entre as regiões do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2001).

Uma vez inseridos em um sistema caracterizado pela acumulação incessante de capital, nenhum capitalista pode permitir-se abandonar o impulso em questão, já que corre o risco de se destruir. Segundo Wallerstein (2001),

O que parece ter acontecido [...] é que, pelo esforço de um número cada vez maior de empreendedores para controlar mais e mais conexões nas cadeias mercantis, ocorreram desproporções de investimento, as quais chamamos [...] superprodução. A única solução para essas desproporções têm sido crises no sistema produtivo, crises que resultam em uma distribuição mais equilibrada (WALLERSTEIN, 2001, p. 32-33)

Esse processo levou os capitalistas a deslocarem suas operações ao longo da cadeia mercantil, transferindo-as para novas regiões. Essa transferência geográfica foi motivada pela busca por locais onde pudessem explorar mão de obra a custos mais baixos, garantindo assim uma maior margem de lucro.

São três as consequências mais importantes desses rearranjos, de acordo com Wallerstein (2022). A primeira é a reorganização constante da geografia do capitalismo, sendo a transferência um fenômeno constituinte deste sistema, bem como a perpetuação das cadeias hierárquicas. Na medida que novos processos produtivos surgem por meio da inovação e são incorporados no topo da hierarquia, os antigos são progressivamente deslocados para regiões de menor custo e prestígio. Isso não só reconfigura a geografia econômica, mas também mantém a estrutura desigual do capitalismo, onde os centros de inovação e poder econômico continuam a se beneficiar, enquanto as periferias absorvem as atividades já saturadas. Dessa forma, o capitalismo se mantém dinâmico e adaptável, mas à custa de uma divisão global do trabalho que perpetua a desigualdade e a exploração.

A segunda diz respeito justamente ao processo de inovação. Nos momentos de estagnação econômica, os capitalistas tendem a favorecer a proletarização de um segmento específico e limitado da força de trabalho. Isso ocorre porque, ao manter a maior parte da força de trabalho em condições semiproletárias, onde a exploração é mais intensa, os capitalistas podem maximizar seus lucros. Este é uma forma eficaz de manter o controle econômico e minimizar custos de produção, ao mesmo tempo em que se evitava a plena integração dos trabalhadores ao mercado formal, preservando a hierarquia e a exploração dentro do sistema capitalista (WALLERSTEIN, 2001).

É nesse contexto que o papel das inovações tecnológicas surge como uma resposta aos momentos de baixa nos ciclos econômicos, uma vez que ao introduzir novos processos produtivos, reforçam a divisão entre trabalhadores proletarizados e semiproletarizados, bem como seguem fortalecendo a centralização dos processos produtivos. Nas palavras de Wallerstein (2001), “Cada “inovação” tecnológica fundamental foi criada primariamente para fabricar produtos novos e “escassos” [...] e secundariamente para reduzir de forma mais acelerada o uso da mão-de-obra” (WALLERSTEIN, 2001, p. 35).

Todavia, vale ressaltar que existe uma contradição no que se refere à introdução das inovações nos processos produtivos. À medida que essas inovações se tornam amplamente adotadas por outros capitalistas, a produtividade no setor aumenta, levando a uma maior oferta de produtos que tende a reduzir os preços, comprimindo as margens de lucro. Além disso, a inovação geralmente implica em um aumento na composição orgânica do capital, ou seja, mais investimento em maquinário e tecnologia (capital constante) em relação ao trabalho humano (capital variável). Como, segundo Marx (2013), apenas o trabalho humano gera valor

excedente, uma maior composição orgânica do capital resulta em uma queda na taxa de lucro ao longo do tempo, pois a proporção de trabalho em relação ao capital diminui. Assim, a inovação tende a levar a uma redução na taxa de lucro a longo prazo.

Por fim, a terceira consequência da reconfiguração das cadeias produtivas é justificada pela busca de força de trabalho de baixo custo, uma vez que “a expansão geográfica do sistema serviu para contrabalançar a queda nos lucros (provocada pelo aumento da proletarização) através da incorporação de novas forças de trabalho destinadas a ser semiproletarizadas” (WALLERSTEIN, 2001, p. 37).

Em suma, esse sistema, orientado pela acumulação incessante de capital, necessita constantemente expandir suas bases de produção e exploração. Logo, a proletarização surge não apenas na criação de empregos, mas principalmente na conversão de pessoas em mercadorias, ou seja, em força de trabalho que pode ser comprada e vendida no mercado. Por isso, entender o fenômeno da proletarização é fundamental para estudar as mudanças que se sucederam no mundo do trabalho, uma vez que o processo em questão diz respeito à transformação de indivíduos em trabalhadores assalariados (ou semiproletários), fato crucial na dinâmica do capitalismo.

Ademais, o fenômeno em questão ajuda a entender as novas formas de trabalho precarizado que surgem na economia, como o trabalho informal, temporário ou baseado em plataformas digitais, sendo cruciais para avaliar as implicações sociais e econômicas dessas transformações, incluindo as mudanças na composição da classe trabalhadora e as novas formas de desigualdade que emergem.

Uma vez entendido a importância do conceito, busca-se analisar justamente as mudanças nos regimes de acumulação e evidenciar como cada regime necessita de um tipo específico de trabalhador.

### **3. A TRANSIÇÃO DOS REGIMES DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA**

Visando entender melhor as justificativas para as mudanças citadas nos capítulos anteriores, busca-se elucidar as alterações que ocorreram na conjuntura global e, posteriormente, suas respectivas repercussões tanto nos continentes, quanto nas zonas que estão sendo trabalhadas. Para isso, foram utilizadas neste Capítulo as contribuições do teórico David Harvey com base na sua obra “Condição Pós-Moderna” (1999) e “17 contradições do capitalismo” (2015).

Os sinais do esgotamento do modelo de produção fordista começaram a emergir por meados dos anos 1960, à medida que a recuperação econômica da Europa e do Japão no pós-guerra foi se consolidando. Com o tempo, seus mercados internos se saturaram, gerando a necessidade de buscar novos mercados de exportação para absorver os excedentes de produção. De forma paralela, esse processo foi acompanhado pelo enfraquecimento do poder estadunidense no sistema financeiro internacional, evidenciado pela formação do mercado de eurodólar e pela contração do crédito no período de 1966-1967 (HARVEY, 1999).

Outros fenômenos significativos também ocorreram nesse período e serão explorados nos capítulos seguintes, como o esgotamento prematuro das políticas de substituição de importações na América Latina e a ascensão da industrialização voltada para exportação na Ásia, especialmente no Leste Asiático. Segundo Harvey, a intensificação da competição internacional, impulsionada pela Europa Ocidental e pelo Japão, seguida por uma série de países recém-industrializados, desafiou a hegemonia dos Estados Unidos no âmbito do fordismo, culminando no colapso do acordo de Bretton Woods e na desvalorização do dólar (HARVEY, 1999).

Entre 1969 e 1973, a abundância de capital, combinada com oportunidades limitadas de investimento, resultou em uma inflação generalizada. As medidas adotadas a partir de 1973 para combater essa inflação acabaram por expor uma capacidade excedente significativa e inutilizável nas economias ocidentais, desencadeando uma crise que afetou tanto os mercados imobiliários quanto às instituições financeiras. Além disso, o aumento dos preços do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) também impactou profundamente a conjuntura política, financeira e econômica da época, forçando os países a buscarem fontes alternativas de energia e criando o desafio de reciclar os petrodólares

excedentes, o que intensificou ainda mais a instabilidade dos mercados financeiros (HARVEY, 1999).

A recessão profunda de 1973, intensificada pelo choque do petróleo, quebrou a paralisia do capitalismo global causada pela estagflação<sup>5</sup>. Como consequência, as décadas de 1970 e 1980 tornaram-se um período de intensa reestruturação econômica, onde antigas normas foram desafiadas e novos paradigmas surgiram. Já estavam dadas todas as condições que abalaram os fundamentos do compromisso fordista, um modelo que havia sustentado o crescimento econômico e a estabilidade social durante o pós-guerra por meio da rigidez dos investimentos de capital fixo em larga escala e de longo prazo (HARVEY, 1999).

Tanto o fordismo quanto o keynesianismo passaram a ser insuficientes para contornar as novas contradições inerentes ao capitalismo, uma vez que tornou-se necessário uma maior flexibilidade no planejamento e não mais mercados, contratos de trabalho e alocação de recursos rígidos. Logo, a política monetária, com a capacidade de ajustar a oferta de moeda conforme necessário para manter a estabilidade econômica, passou a ser o principal instrumento de resposta flexível (HARVEY, 1989). De acordo com Harvey,

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 1989, p. 140)

Neste ambiente repleto de oscilações e incertezas, surge um novo regime de acumulação de capital que trouxe consigo transformações nas relações de trabalho, na organização da produção e na política econômica, refletindo a busca por soluções mais flexíveis e dinâmicas frente às contradições emergentes do capitalismo global, chamado por David Harvey de “acumulação flexível”. De acordo com a definição precisa do autor, este novo modelo

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores, quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1989, p. 140)

---

<sup>5</sup> Período de estagnação na produção de bens combinado com alta inflação.

O trabalho organizado foi gradualmente substituído por um modelo de produção disperso, deslocando-se para regiões que careciam de tradições industriais consolidadas, como por exemplo o Leste da Ásia. Esse processo foi impulsionado por diversos fatores, como o aumento da competição global, a diminuição das margens de lucro dos capitalistas, o enfraquecimento do poder sindical e a abundância de mão de obra excedente (HARVEY, 1989). Como resultado, os mercados de trabalho passaram a impor regimes e contratos mais flexíveis, reduzindo a oferta de empregos regulares e promovendo formas de trabalho mais precárias, como contratos de tempo parcial, temporários ou subcontratados (HARVEY, 1989). Essa transformação refletiu uma reestruturação econômica que buscava maximizar a eficiência e a rentabilidade à custa da estabilidade e da segurança no emprego, mudando drasticamente a natureza das relações de trabalho. O resultado da estruturação do mercado de trabalho está sintetizado no Quadro 5, baseado nos comentários de Harvey sobre “Flexible Patterns of Work<sup>6</sup> (1986)” do Institute of Personnel Management.

Quadro 5 – Arranjos de trabalhadores na nova estrutura do mercado de trabalho (1986)

<b>Grupos de trabalhadores</b>	<b>Características</b>	
<b>Países centrais</b>	Grupo que tende a diminuir cada vez mais, sendo estes empregados em tempo integral que gozam de maior segurança, boas perspectivas de promoção, pensão, seguros e outras vantagens. Há uma expectativa para que sejam adaptáveis, flexíveis e geograficamente móveis. Em tempos mais difíceis, é possível que haja subcontratação, porém em menor proporção.	
<b>Países periféricos</b>	<b>Empregados em tempo integral</b>	Possuem habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, bem como menos acesso a oportunidades de carreira e, geralmente, apresentam uma alta taxa de rotatividade <sup>7</sup> .
	<b>Empregados em tempo parcial</b>	Empregos casuais, por contratação temporária ou subcontratação. Possuem menos segurança no emprego e tendem a crescer significativamente.

Fonte: David Harvey em “Condição pós-moderna” (1989). Elaboração própria.

A acumulação flexível implicou, a longo prazo, não apenas em altos níveis de desemprego estrutural, rápida destruição e construção de habilidades, ganhos modestos de

<sup>6</sup> Padrões flexíveis de trabalho.

<sup>7</sup> O autor cita como exemplo “setor financeiro, secretarias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado” (HARVEY, p. 144, 1989).

salários reais e o retrocesso do poder sindical, mas também redução nos níveis de segurança no emprego e direitos trabalhistas (HARVEY, 1989).

No que se refere à organização industrial, passou a prevalecer regimes de subcontratação<sup>8</sup> de funções especializadas, não mais como apêndices do sistema produtivo, mas sim como peças centrais deste. Por mais que essa conjuntura crie uma convergência entre os sistemas de trabalho dos países periféricos e centrais, esse crescimento possui diferentes facetas, podendo representar tanto alternativas para as pessoas desempregadas ou discriminadas ou podendo representar uma tentativa de ingresso de determinados grupos em um modelo de produção capitalista, por exemplo. Em outras palavras, as economias de escala foram derrotadas pelas economias de escopo, uma vez que “a produção em pequenos lotes e a subcontratação tiveram por certo a virtude de superar a rigidez do sistema fordista e de atender a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis” (HARVEY, 1989, p. 149)

Um dos impactos mais significativos dos regimes de subcontratação foi a desmoralização da classe trabalhadora e a transformação subjetiva da luta de classes, uma vez que “a luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou um tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional” (HARVEY, 1989, p. 146)

Foi neste contexto que também houve uma expansão da contratação de grupos tradicionalmente marginalizados, como mulheres, imigrantes, negros, indígenas e minorias étnicas, por exemplo. Porém, tal feito não significa melhorias no que se refere à posição social desses grupos, uma vez que de forma proporcional ao aumento da capacidade do capital internacional, houve também um aumento da exploração do trabalho dos grupos marginalizados em questão, acentuando a sua vulnerabilidade devido às condições de baixo salário e segurança (HARVEY, 1999).

Além disso, o sistema de produção flexível favoreceu a aceleração do ritmo da inovação dos produtos, uma vez que as novas tecnologias empregadas e as novas formas organizacionais (como o *just-in-time*) reduziram o tempo de giro tanto da produção, quanto do consumo. Nas palavras de Harvey (1989),

---

<sup>8</sup> Os arranjos de subcontratação são responsáveis por ligar “pequenas firmas a operações de larga escala, com frequências multinacionais” (HARVEY, p. 150, 1989)

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artificios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1989, p. 148).

Essas mudanças nos padrões de produção e consumo, na reunião de informações e no financiamento foram a base do crescimento empregatício no setor de serviços a partir do início dos anos 70, uma vez que refletem justamente essa mudança no tipo de trabalho necessário para assegurar a acumulação de riqueza de acordo com cada regime (HARVEY, 1999).

Outro aspecto importante também ressaltado por Harvey é a forma que o capitalismo está se tornando cada vez mais ordenado por meio “da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional” (HARVEY, p. 151, 1989). O autor ressalta que há dois fenômenos que fomentam esta organização mais coesa, que é a mercantilização do próprio saber e das informações, bem como a reorganização do sistema financeiro global.

O primeiro ponto não será abordado devido às limitações de escopo deste estudo, que busca privilegiar a análise dos impactos econômicos e financeiros diretos sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho. Já no que se refere ao segundo ponto,

A desregulamentação e a inovação financeira - processos longos e complicados - tinham se tornado, na época, um requisito para a sobrevivência de todo centro financeiro mundial num sistema global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas. A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro de crédito (HARVEY, 1989, p. 152).

Esse complexo mundo das altas finanças abrange uma vasta gama de atividades interligadas, onde os bancos realizam grandes empréstimos de curto prazo entre si e as companhias de seguro e os fundos de pensão acumulam grandes quantidades de recursos que desempenham um papel de formadores de mercado dominante (HARVEY, 1989). Ao mesmo tempo, o capital industrial e imobiliário se envolve tão profundamente nas estruturas e operações financeiras que fica cada vez mais difícil distinguir onde terminam os interesses estritamente financeiros e começam os interesses comerciais e industriais (HARVEY, 1989).

Dessa forma, o setor produtivo, corporativo e estatal deixou de ser o mais lucrativo, resultando em um deslocamento do núcleo de acumulação capitalista para a esfera financeira e bancária, que passam a ser o poder coordenador do sistema.

Um dos sintomas mais significativos desses desdobramentos foi a criação do mercado financeiro de “eurodólares”, bem como o aumento expressivo das dívidas dos países periféricos. Em consonância, a adoção de um sistema de taxa de câmbio flexível a partir de 1973 marcou o fim do acordo de Bretton Woods (HARVEY, 1999).

Isso significa uma maior propensão à formação de crises financeiras e monetárias. Essa instabilidade obrigou intervenções periódicas por parte dos governos, principalmente os conservadores e os mais comprometidos com a não-intervenção, como uma forma de recuperar, para a coletividade dos Estados capitalistas, partes do poder perdido nas crises decorrentes da própria estrutura do sistema<sup>9</sup> (HARVEY, 1999). A institucionalização dessas medidas se deu em 1982 quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram designados como autoridades centrais no que se refere às negociações financeiras internacionais<sup>10</sup>. Segundo Harvey, o Estado “é chamado a regular atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um ‘bom clima’ de negócios, para atrair o capital financeiro internacional e conter [...] a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas” (HARVEY, 1989, p. 1960).

Na medida em que a base do crescimento real no capitalismo está fundamentada na exploração do trabalho vivo, ou seja, na capacidade do capital de extrair valor do trabalho humano, o controle do trabalho torna-se uma peça fundamental não apenas para a perpetuação do capitalismo, bem como para a manutenção de sua dinamicidade. Esse controle se dá por meio de diversas formas, incluindo a organização do processo produtivo, a regulamentação dos mercados de trabalho, e a imposição de regimes de trabalho que garantem a extração máxima de valor da força de trabalho (HARVEY, 1999).

A partir dos anos 1970, medidas como a flexibilização das relações de trabalho, a precarização e a intensificação da exploração tornaram-se cada vez mais comuns. Esses mecanismos foram adotados pelo capital como forma de manter o padrão de acumulação,

---

<sup>9</sup> Harvey utiliza como exemplo a intervenção da Receita Federal na crise da dívida mexicana de 1982.

<sup>10</sup> O autor cita como exemplo as “reduções de gastos públicos, cortes de salários reais e a austeridades nas políticas fiscal e monetária” (HARVEY, p. 160, 1989)

mesmo diante das crises e dos colapsos do sistema. A crise se manifesta justamente quando esse crescimento, considerado essencial para a sobrevivência do capitalismo, é interrompido, revelando suas contradições internas e gerando instabilidade. Portanto, o controle sobre o trabalho não apenas assegura a continuidade do crescimento capitalista, mas também revela as tensões e conflitos inerentes a ele (HARVEY, 1999).

Considerando as tendências em questão, ou seja, que o capitalismo é, por constituição, expansionista e dinâmico, bem como que esse crescimento é pautado no controle do trabalho, Harvey, em consonância com Marx, argumenta que essa ordenação é propensa não apenas a crises, mas também a momentos de superacumulação<sup>11</sup>. Foi por meio do deslocamento espacial<sup>12</sup> e temporal<sup>13</sup> que o fordismo manejou as crises de superacumulação do sistemas depois do período pós-guerra. Harvey também argumenta que a crise do fordismo se deu pelo esgotamento de ambos mecanismos para gerir a crise (HARVEY, 1999).

O deslocamento temporal fez com que muitas dívidas fossem acumuladas e a adoção de uma política de monetização em resposta a esse acúmulo resultou em uma significativa impressão de dinheiro, o que, por sua vez, desencadeou um surto inflacionário. Esse processo afetou o valor real das dívidas acumuladas, alterando a dinâmica econômica e financeira da época (HARVEY, 1999). Além disso, mostrou-se também impossível acelerar o tempo de giro do capital sem a respectiva destruição dos já então investimentos de longo prazo. Logo,

A crise do fordismo foi tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas nações-Estados. Os mecanismos desenvolvidos para controlar tendências de crise simplesmente terminaram por ser vencidos pela força das contradições subjacentes do capitalismo (HARVEY, 1989, p. 174)

Segundo Harvey, a acumulação flexível surge então como uma recombinação dos processos de exploração de mais-valia absoluta e relativa. A primeira se dá por meio da “passagem para mais horas de trabalhos associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários” (HARVEY, 1989, p. 174), enquanto que a segunda se

---

<sup>11</sup> Por definição: “capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro [...] e grande desemprego” (HARVEY, 1989, p. 171)

<sup>12</sup> “O deslocamento espacial compreende a absorção pela extensão geográfica do capital e do trabalho excedente” (HARVEY, 1989, p. 172). Ou seja, esse mecanismo para solucionar o problema da superacumulação produz novos espaços dentro dos quais é viável seguir com a produção capitalista. Alguns exemplos apresentados pelo autor são: investimentos em infra-estrutura, sistema de crédito e formação de capital fictício.

<sup>13</sup> “O deslocamento temporal envolve seja um desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros, seja uma aceleração do tempo de giro [...] para que a aceleração de um dado ano absorva a capacidade excedente do ano anterior” (HARVEY, 1989, p. 171)

deu através da “mudança organizacional e tecnológica [...] posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho” (HARVEY, 1989, p. 174).

Essa nova reconfiguração, como dito anteriormente, deu espaço para o retorno de alguns tipos de sistemas de trabalho, não apenas o doméstico, familiar e paternalista, mas também os trabalhos remotos e, principalmente, informais. Esses modelos ganharam força como parte dos pilares da acumulação flexível, caracterizada por uma maior mobilidade do capital, flexibilidade nas relações de trabalho e a utilização de inovações tecnológicas para reduzir custos e maximizar lucros (HARVEY, 1999). Nesse contexto, a informalidade e a precarização das condições de trabalho tornaram-se instrumentos centrais para manter a dinâmica do capitalismo em um cenário de instabilidade, evidenciando a continuidade das desigualdades e das contradições inerentes ao sistema. Assim, o retorno a essas formas de trabalho não é apenas um reflexo das crises, mas também uma estratégia deliberada para sustentar o ciclo de acumulação em um ambiente econômico cada vez mais volátil (HARVEY, 1999).

Resumindo o que foi evidenciado neste capítulo, considera-se que as variáveis expostas, sendo estas a saturação dos mercados internos devido à demanda estagnada; o esgotamento da capacidade de expansão do consumo; a elevação dos custos de produção do fordismo que tornaram este modelo ultrapassado, reduzindo a competitividade das indústrias orientais; a crise do petróleo de 1973 e a crise da dívida, marcaram as instabilidades no que se refere à lucratividade no ocidente dos anos 1970 em diante (HARVEY, 1999).

Esses fatores influenciaram diretamente no caráter do trabalho. No fordismo, o tipo de trabalho necessário era predominantemente industrial, caracterizado por empregos em fábricas, especialmente em linhas de montagem, onde os trabalhadores executavam tarefas repetitivas e padronizadas (HARVEY, 1999).. O foco estava na produção em massa de bens uniformes, o que demandava uma força de trabalho pouco qualificada, com uma divisão rígida das tarefas, estabilidade no emprego e direitos trabalhistas garantidos. A mão de obra era homogênea, e os operários eram vistos como peças intercambiáveis no processo produtivo.

Já na acumulação flexível, o tipo de trabalho necessário mudou de forma significativa. Esse novo regime requer uma força de trabalho mais diversificada e flexível, com ênfase no

setor de serviços, deslocando-se da indústria pesada para áreas como tecnologia, finanças, comércio e outros serviços (HARVEY, 1999). O trabalho passou a exigir mais qualificação, e as habilidades relacionadas às áreas de inovação e tecnologia passaram a ser mais valorizadas, uma vez que esta passou a ser a fronteira de acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, a flexibilidade trouxe também um aumento da precarização do trabalho, com a proliferação de contratos temporários, terceirização, empregos por meio de plataformas digitais e informalidade (HARVEY, 1999). Além disso, o trabalho tornou-se mais instável, demandando que os trabalhadores se adaptem constantemente às mudanças tecnológicas e às novas exigências do mercado, enfrentando menos estabilidade e maior incerteza em relação ao emprego. Por fim, essa descentralização e fragmentação das cadeias produtivas criou uma divisão do trabalho mais dispersa globalmente, onde grande parte do trabalho de baixo custo foi transferido para economias emergentes (HARVEY, 1999).

Este cenário foi propício para a emergência de economias como o Japão, Coreia do Sul, Taiwan e, posteriormente, China como o novo centro de produção global, uma vez que essas economias asiáticas adotaram um modelo de desenvolvimento voltado para a exportação, com uma força de trabalho abundante e barata, combinada com o apoio estatal à industrialização e à modernização tecnológica (HARVEY, 1999). Com o tempo, o Leste Asiático passou a competir diretamente com o Ocidente em setores industriais, oferecendo produtos de alta qualidade a custos mais baixos, graças à menor remuneração da mão de obra e a uma infraestrutura cada vez mais sofisticada, como será visto no próximo capítulo.

Em resposta a essa crescente competição asiática, as economias ocidentais adotaram a flexibilização das suas economias como uma estratégia para recuperar a sua lucratividade, marcando a transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível. As mudanças estruturais que se deram, como evidenciadas anteriormente, envolvem medidas de desregulamentação dos mercados de trabalho e o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores, promovendo empregos temporários, terceirizados e com menos garantias.

Essa flexibilização também foi acompanhada pela globalização financeira, que deslocou a ênfase da economia real para o capital financeiro, permitindo que empresas ocidentais gerassem lucros por meio dessas operações em vez de investimentos produtivos tradicionais (HARVEY, 1999). No que diz respeito à financeirização, Arrighi combina cinco dimensões para identificar este fenômeno em sua obra “O longo século XX”. Para o autor, a financeirização é a predominância do capital financeiro sobre os demais, tornando-se ele

próprio o setor de acumulação mais rentável, subordinando as dinâmicas de acumulação dos capitais industriais, agrários e comerciais. Em segundo lugar, a expressão da financeirização se expressa pelo crescimento da massa de ativos financeiros em relação ao PIB mundial, tendo uma dinâmica própria de reprodução e poder político. Arrighi também afirma que os Estados do centro capitalista, na medida em que possuem as principais praças financeiras, atuam de forma a minar as suas próprias bases internas de legitimidade. A quarta dimensão é o aspecto rentista, especulativo e predatório desse fenômeno e, por fim, a quinta dimensão diz respeito ao protagonismo midiático e cultural das grandes corporações financeiras na vida social das pessoas (ARRIGHI, 1996).

Dessa forma, a crise de lucratividade no Ocidente, a ascensão do Leste Asiático como um novo centro industrial e a resposta ocidental por meio da flexibilização estão interligados como parte de um processo de reorganização do capitalismo global (HARVEY, 1999). O Ocidente, diante da competição crescente e da perda de competitividade industrial, adotou medidas que sacrificaram o trabalho organizado e as proteções sociais para tentar restaurar sua posição no sistema econômico global. A organização do trabalho no mundo já não estava mais de acordo com as premissas do regime de acumulação fordista, onde era necessário uma maior quantidade de empregos industriais, e passou a estar de acordo com as premissas do regime de acumulação flexível (HARVEY, 1999).

Buscou-se evidenciar neste capítulo como as mudanças nos regimes de acumulação capitalistas alteram a organização do trabalho. A seguir, pretende-se explorar essas mudanças nas regiões contempladas por este trabalho: a América Latina e o Leste Asiático. Serão analisadas as estratégias de desenvolvimento de ambas e as respectivas implicações nos trabalhos dessas regiões, que são tipicamente periféricas, porém com trajetórias de desenvolvimento distintas.

#### **4. OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO LESTE ASIÁTICO**

Antes de trazer à tona qual é o lugar do trabalho no modelo de desenvolvimento da América Latina e do Leste Asiático, é necessário, primeiro, esclarecer o que foi o modelo de substituição de importações. Para isso, foram utilizadas as contribuições da escritora Vânia Bambirra, dando ênfase aos pontos comuns que são consenso a respeito da substituição de importações, bem como da escritora Maria da Conceição Tavares para entender os seus desdobramentos na América Latina. Entende-se que ambas possuem divergências no que se refere à finalidade desta política, porém este trabalho foca nos pontos de convergência de ambas quanto aos problemas estruturais da região. Posteriormente, será feito o mesmo, porém com o Leste Asiático, utilizando o escritor Chang e Amsden como referência para a estruturação deste item.

##### **4.1 - O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA AMÉRICA LATINA**

Parte-se do pressuposto que, desde a Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento passou a ser dado pela indústria manufatureira, uma vez que esta é a base econômica do capitalismo (BAMBIRRA, 2012). Este modelo de produção, por sua capacidade de promover uma contínua revolução das forças produtivas, não apenas redefine os padrões de crescimento, como também impõe sua hegemonia sobre outros sistemas econômicos e formas de organização social. Sua alta produtividade, inovação tecnológica e capacidade de expansão, além de gerar acumulação de capital em níveis sem precedentes, permite que subjugu e elimine modos de produção alternativos, transformando-se no modelo dominante no cenário global (BAMBIRRA, 2012).

Desde a conquista, a América Latina esteve vinculada à expansão do capitalismo mundial, inicialmente sob formas comerciais e, posteriormente, industriais, porém sempre ocupando uma posição periférica, subordinada e dependente (BAMBIRRA, 2012). De acordo com o teórico dependentista Ruy Mauro Marini, “A América latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI” (MARINI, 2012).

Durante o período colonial, a região foi integrada ao sistema mercantilista europeu, fornecendo matérias-primas e produtos agrícolas em troca de manufaturas. Com o avanço das

Revoluções Industriais, esse vínculo se intensificou, consolidando a América Latina como exportadora de recursos naturais e importadora de bens industrializados. Essa dependência estrutural se manteve ao longo dos séculos, refletindo a posição subordinada da região dentro da Divisão Internacional do Trabalho, em que suas economias continuaram a se moldar às necessidades e interesses das potências capitalistas centrais (BAMBIRRA, 2012).

No que diz respeito ao processo de industrialização da América Latina, a construção do parque industrial da região foi viabilizada, principalmente, por meio da estratégia de substituição de importações. A política em questão consiste em, inicialmente, substituir os bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais por meio da contenção das importações. Essa demanda não atendida cria condições para utilizar as divisas obtidas através das exportações do setor primário para importar equipamentos, máquinas e matérias-primas necessárias para o estabelecimento de fábricas nacionais dedicadas à produção de bens outrora importados. A substituição se dá, inicialmente, no setor de bens de consumo leves, para depois avançar para o setor de bens de consumo duráveis até chegar aos bens de produção intermediários e, por fim, o setor de bens de produção pesados (BAMBIRRA, 2012).

De acordo com Bambirra (2012), após a Segunda Revolução Industrial, as economias dependentes tiveram que se adaptar para atender às crescentes demandas dos países centrais devido à nova expansão do ciclo do capital, precisando assim aumentar a produção de matérias-primas e produtos agrícolas para abastecer a industrialização dessas nações. Além disso, essas sociedades também foram pressionadas a expandir seus mercados internos visando justamente absorver esses produtos manufaturados importados dos países centrais.

Nesse cenário, a proletarização se apresenta como sendo a forma mais eficaz de incorporar a força de trabalho das sociedades dependentes ao mercado capitalista global, transformando trabalhadores agrícolas e pequenos produtores em assalariados que dependem da venda de sua força de trabalho, reforçando, dessa forma, o controle do capital sobre o trabalho (BAMBIRRA, 2012). Ao mesmo tempo, esse processo permite que os países capitalistas avançados expandam seus mercados para a absorção de produtos manufaturados, como ressaltado anteriormente. Esse fenômeno não apenas altera as estruturas sociais no campo, mas também assegura a reprodução do sistema capitalista, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, promovendo a acumulação de capital por meio da exploração da mão de obra e do controle dos meios de produção (BAMBIRRA, 2012).

Em outras palavras, à medida que os países centrais avançam tecnologicamente e reestruturam suas economias, as nações dependentes são obrigadas a ajustarem as suas estruturas produtivas e relações de trabalho para continuar atendendo às novas demandas do mercado global. No entanto, apesar dessas mudanças, o caráter dependente dessas economias persiste, pois a adaptação aos interesses das metrópoles perpetua a subordinação econômica e a especialização em setores que reforçam a vulnerabilidade externa, mantendo a divisão internacional do trabalho que beneficia os países capitalistas avançados (BAMBIRRA, 2012).

Outro efeito colateral que surge à medida que o processo de proletarização ocorre é a criação e expansão de setores complementares à economia exportadora como uma resposta às necessidades de formação e fortalecimento desse mercado interno. Esses setores, como o de bens de consumo não duráveis (alimentos, vestuário) e serviços (transporte, comércio), se desenvolvem para atender às demandas geradas pela própria economia exportadora (BAMBIRRA, 2012). Por exemplo, nos países exportadores de commodities agrícolas, a infraestrutura logística, de transporte e construção civil se expande para facilitar o escoamento dessas mercadorias, enquanto setores como o de alimentação, acomodações e serviços crescem para abastecer a demanda dos trabalhadores do setor primário-exportador (BAMBIRRA, 2012).

Embora esses setores sejam considerados complementares em relação à atividade econômica exportadora, eles desempenharam um papel crucial no desenvolvimento industrial da região, uma vez que contribuíram para a expansão do mercado interno ao gerar novas demandas por produtos e serviços (BAMBIRRA, 2012). Isto é, ao satisfazer as necessidades da economia exportadora, também foram criadas as condições necessárias para o surgimento e fortalecimento de indústrias nas cidades, visando atender o mercado interno à medida que se integram às cadeias produtivas globais (BAMBIRRA, 2012).

A demanda por produtos manufaturados dentro do setor exportador tende a aumentar em função do sucesso da atividade exportadora e é satisfeita pela importação de bens manufaturados provenientes dos países do centro hegemônico, funcionando como um prolongamento do mercado desses países centrais (BAMBIRRA, 2012). No entanto, a demanda por produtos manufaturados da classe trabalhadora, também impulsionada pela expansão do setor exportador, tende a ser sanada por produtos manufaturados de origem nacional, pois são de menor custo. Dessa forma, as economias periféricas são pressionadas a desenvolverem setores industriais específicos voltados para suprir as lacunas deixadas pelas

potências centrais e para atender às necessidades internas resultantes da substituição de importações (BAMBIRRA, 2012).

O processo em questão foi intensificado devido à conjuntura internacional, marcada pela Primeira Guerra Mundial, pela crise do capitalismo em 1929 e, posteriormente, pela Segunda Guerra Mundial. Esses eventos globais criaram estímulos significativos para o desenvolvimento industrial nos países dependentes por meio do processo de substituição de importações (BAMBIRRA, 2012). Com a interrupção das cadeias de suprimentos e a retração do comércio internacional, tornou-se necessário produzir internamente os bens que antes eram importados. A condição para que essa conjuntura internacional pudesse impulsionar tal processo já estava presente: a existência de um mercado interno em expansão, impulsionado pela proletarização, e um tímido e subordinado setor industrial organizado dentro das relações capitalistas (BAMBIRRA, 2012).

Uma vez que as relações tipicamente capitalistas que começaram a se desenvolver na América Latina partiram do setor exportador, a classe de empresários industriais que surge com o desenvolvimento da indústria se encontra inserida em um contexto de subordinação às economias centrais, que ditam os rumos do comércio internacional e os fluxos de capital, mantendo a dependência estrutural das economias periféricas, mesmo com o crescimento industrial (BAMBIRRA, 2012).

A aliança entre o setor agrário-exportador e o industrial emergente é contraditória, porém coexiste uma vez que é resultado de uma fusão de interesses entre as oligarquias rurais e os empresários industriais. Essa aliança, embora conveniente para manter o poder econômico e político, gera tensões e conflitos que são incapazes de ocultar os seus antagonismos fundamentais (BAMBIRRA, 2012). De acordo com Bambirra (2012),

A burguesia industrial latino-americana já nasce limitada e comprometida com as classes dominantes oligárquicas, não apenas porque o desenvolvimento da indústria ocorre no seio do sistema oligárquico [...] mas também porque, em grande medida, o surgimento dos empresários industriais é produto da simbiose de setores da oligarquia (latifundiária, mineradora ou comercial exportadora) com setores industriais (BAMBIRRA, 2012, p. 80)

Em outras palavras, a estratégia de substituição de importações adotada entre as décadas de 1930 e 1970 demandou uma reestruturação significativa do tipo de trabalho, impactando diretamente a organização e o seu controle nesses países (BAMBIRRA, 2012). Na medida em que esta política foi concebida visando reduzir a dependência das economias

periféricas em relação aos produtos industrializados dos países centrais, houve um grande incentivo para a industrialização local, o que levou a uma considerável migração da população rural para os centros urbanos, onde o trabalho industrial passou a ocupar mais espaço no mercado de trabalho doméstico. Essa migração acelerou o processo de urbanização e transformou a estrutura social e econômica dessas nações, criando um proletariado urbano em rápida expansão (BAMBIRRA, 2012).

É certo que essa nova base industrial criada pela substituição de importações exigiu uma força de trabalho mais qualificada e especializada do que o setor agrícola demandava. Todavia, apesar desse crescimento industrial, a substituição de importações não foi capaz de empregar adequadamente toda a população urbana migrante, o que gerou um setor informal e precarizado que coexistiam com o trabalho formal nas fábricas, que não deixava de ser bem seletivo (BAMBIRRA, 2012).

Já para Maria da Conceição Tavares, no processo de desenvolvimento dos países centrais, as exportações foram um componente importante e dinâmico da formação e expansão da Renda Nacional porém não era o responsável exclusivo pelo crescimento da economia, uma vez que possuíam outra variável endógena muito importante, que era o investimento autônomo acompanhado de inovações tecnológicas. “A combinação dessas duas variáveis, interna e externa, permitiu que o aproveitamento das oportunidades do mercado exterior se desse juntamente com a diversificação e integração da capacidade produtiva interna” (TAVARES, p. 30, 1983). Já as importações destinavam-se, de forma majoritária, a suprir as necessidades que a sua disponibilidade de recursos naturais não lhes permitia suprir de forma satisfatória, como alimentos e matérias-primas

Nos países periféricos, as exportações eram praticamente o único componente autônomo de crescimento da Renda pois era o centro dinâmico de toda a economia. Porém, este setor possui uma capacidade muito limitada de diversificação produtiva e o seu grau de difusão sobre o espaço econômico “dependia da natureza do processo produtivo desses bens primários e do seu maior ou menor efeito multiplicador e distribuidor de renda” (TAVARES, p. 30, 1983). O desenvolvimento do setor exportador viabilizou um processo de urbanização mais ou menos intenso que, não muito posteriormente, permitiu o estabelecimento das indústrias de bens de consumo interno, geralmente com baixos níveis de produtividade, como as de tecido, calçado, vestuário, móveis, etc. Essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar à atividade interna um

dinamismo próprio. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter eminentemente dependente dessas economias (TAVARES, 1983). Enquanto isso, as importações tinham um caráter distinto, sendo responsáveis por suprir bens de consumo de maior valor agregado, tanto manufaturados, quanto de capital fixo. Para a autora,

“O cerne da problemática do crescimento “para fora” típico de nossas economias está evidentemente vinculado ao quadro de divisão internacional do trabalho que foi imposto pelo próprio processo de desenvolvimento das economias líderes e do qual decorria, para os países da periferia, uma divisão do trabalho social totalmente distinta da do centro” (TAVARES, p. 31)

De acordo com Tavares, não há uma nítida distinção entre a capacidade produtiva destinada a atender os mercados internos e externos, uma vez que as manufaturas produzem bens que são tanto massivamente consumidos internamente, quanto exportadas. Ao contrário, para a maioria dos países da América Latina, há uma divisão nítida do trabalho social entre ambos os setores da economia (TAVARES, 1983). O setor exportador, geralmente de alta rentabilidade econômica, se especializa em um ou poucos produtos dos quais uma pequena quantidade é consumida internamente. Já o setor interno, de baixa produtividade, era basicamente de subsistência e satisfazia uma parcela das necessidades de alimentação, vestuário e habitação da população monetariamente incorporada aos mercados consumidores. Ademais, a concentração de propriedade de recursos naturais e de capital gerava uma divisão de renda extremamente desigual. Isso fez com que a massa populacional tivesse níveis de renda muito baixos, à margem dos mercados monetários e as classes altas tivessem rendas e padrões de consumo similares aos grandes centros atendidos por importação (TAVARES, 1983).

Logo, a base da disparidade entre a estrutura da produção e a composição da demanda interna é justamente esse esquema dual da divisão de trabalho e a acentuada desigualdade na distribuição de renda.

De 1914 a 1945 se sucederam diversas crises no comércio exterior decorrentes das guerras e da Grande Depressão de 1929. Todavia, Tavares entende a crise prolongada dos anos trinta como sendo um ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador devido à violenta queda na receita de exportações que, de forma simultânea, diminuiu a capacidade de importação dos países da América Latina. Esse cenário fez com que grande parte dos governos adotassem medidas visando defender o mercado interno dos efeitos da crise no cenário internacional, por meio de “restrições e controle das

importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques” (TAVARES, p. 33). O processo de industrialização que se sucedeu a partir deste momento encontrou suporte na manutenção da renda resultante dessa política.

Uma vez que as demandas permaneceram constantes, porém a capacidade de importação foi reduzida, os estímulos para a produção interna substitutiva estavam dados. Em um primeiro momento foi possível utilizar a estrutura produtiva existente para substituir uma parte dos bens que antes eram importados (TAVARES, 1983). Posteriormente, após uma redistribuição de fatores e divisas, utilizou-se essa capacidade para importar bens de capital e matérias-primas essenciais para a instalação de novas unidades produtivas destinadas a prosseguir com o processo de substituição (TAVARES, 1983).

Esse novo modelo de desenvolvimento gerou uma perda relativa do setor externo no processo de formação da Renda Nacional e, de forma simultânea, viabilizou o aumento e a participação do dinamismo da atividade interna, fazendo com que as importações, até então principal expoente do crescimento, fossem substituídas pelo investimento (TAVARES, 1983). Vale destacar que a mudança da função do setor externo não significa que este deixou de representar uma variável importante nos países da América Latina, uma vez que ao deixar de ser o fator diretamente responsável pelo setor interno, as exportações passaram a ser decisivas no processo de diversificação da estrutura produtiva, por intermédio das importações de bens de capital e insumos intermediários (TAVARES, 1983).

As transformações da indústria produtiva se limitaram ao setor industrial, sem respaldar de forma muito relevante a condição do setor primário. O caráter parcial desta mutação resultou em uma preservação da base exportadora precária e sem dinamismo da região, bem como em um caráter mais fechado do novo modelo, uma vez que os novos setores que surgem se expandem no âmbito dos mercados nacionais.

Em suma, o processo de substituição das importações pode ser entendido como um processo de desenvolvimento parcial e fechado que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 1983, p. 35)

No que se refere à perda do dinamismo do setor externo no modelo de substituição de importação, Tavares faz uma distinção entre o caráter “absoluto” e “relativo” do estrangulamento do setor externo, sendo o primeiro uma capacidade para exportar declinante devido às contrações do comércio internacional e o segundo como sendo a capacidade para

importar que cresce de forma inferior ao produto, associada às tendências de longo prazo de exportação do mesmo.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o poder aquisitivo das exportações melhorou em termos absolutos, porém, a partir de 1954, o poder de compra das exportações dos países da América Latina estagnou devido à deterioração dos termos de troca. Tavares comparou a evolução da Renda Nacional e do poder de compra das importações em termos per capita nos anos de 1929 até 1960 e evidenciou que a renda média por habitante se elevou, porém o poder aquisitivo das exportações por habitante decresceu. O estrangulamento do setor externo acompanhado do processo de substituição de importações teve como resultado uma diminuição das importações (TAVARES, 1983).

Visando estabelecer as relações entre o processo de substituição de importações e o setor exportador, Tavares marca três períodos importantes: o primeiro é desde a crise de 1929 até o final da Segunda Guerra, o segundo é o primeiro decênio depois da guerra e o terceiro é a partir do ano de 1954 (TAVARES, 1983).

O período entre a Crise de 1929 até o fim da Segunda Guerra foi marcado pela redução da capacidade de importação e por restrições absolutas no setor externo, o que exigiu um esforço de substituição de importação bastante rigoroso por parte dos países da região (TAVARES, 1983). Esta fase se caracterizou pela substituição das importações da demanda interna existente que não foi afetada pela crise do setor exportador, sendo estes bens não-duráveis de consumo final. Esse processo se deu pela tentativa de melhor utilizar a capacidade produtiva já instalada, bem como pela instalação de novas unidades produtivas, sendo uma das consequências mais diretas da adoção dessas medidas a expansão do mercado interno, devido não somente ao crescimento da renda decorrente dos investimentos, mas também à inexistência de restrições internas que limitavam as importações (TAVARES, 1983). Todavia, por substituir somente uma parte dos produtos anteriormente importados, a demanda derivada por importações de matérias-primas cresce rapidamente e ultrapassa as divisas disponíveis, sendo esta uma das contradições internas do processo de substituição de importações, ou seja, o objetivo de crescimento do produto e a limitada capacidade de importar. Para contornar este obstáculo, se inicia uma nova onda de substituições, onde se reduz algumas importações menos essenciais liberando divisas indispensáveis à instalação e operação dessas novas unidades produtivas (TAVARES, 1983).

Posteriormente, as condições melhoraram no que se refere à capacidade de importar e, acompanhado do crescimento do poder de compra das exportações, mesmo que ainda restrito, foi possível aumentar o dinamismo da região. Todavia, por mais que houvesse uma maior harmonia entre a expansão da atividade interna e das condições do setor exportador, a orientação do crescimento ainda sim era mais voltada “para fora”, uma vez que priorizava a melhoria do poder de compra das exportações em detrimento da substituição das importações em si. Nesse período, houve um avanço no que se refere à importação de bens de consumo duráveis e até de bens de capital (TAVARES, 1983).

Por fim, a partir de 1954, de acordo com Tavares, as condições externas voltaram a piorar, estagnando a capacidade de importação da região novamente, inviabilizando a continuidade da política de substituição de importações na maior parte dos países.

A dinâmica do processo de substituição de importação reside na tentativa de superar a contradição previamente explicitada, porém vai tornando-se cada vez mais desafiador e custoso prosseguir com essa abordagem devido tanto a questões de ordem interna quanto pela própria capacidade limitada de importar, uma vez que “a pauta de importação tende a tornar-se extremamente rígida, antes que o processo de desenvolvimento ganhe suficientemente autonomia pela lado da diversificação da estrutura produtiva” (TAVARES, 1983, p. 43)

Para garantir a sua continuidade é necessário que as substituições não tenham sobreposição de picos de demanda por importações que gerem um estrangulamento interno. Além disso, nesse processo é impossível que a industrialização se dê a partir da base e ascenda até o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo com menor valor agregado para os de maior valor agregado, como os bens de capital. É necessário que as substituições sejam feitas de forma relativamente simultâneas, mudando apenas a proporção de cada substituição de período para período (TAVARES, 1983).

Um problema de natureza interna e outro de natureza externa que são desencadeados pela dinâmica em questão no que se refere às modificações na estrutura de importações e na mecânica da substituição são: os critérios de escolha das faixas de substituição e a natureza das limitações do setor externo. No que se refere ao primeiro, parte-se do pressuposto de que nem todos os investimentos podem ser induzidos pela demanda presente, o que pressupõe uma maior capacidade de decisão autônoma por parte do Estado, principalmente no que se

refere aos investimentos de base. O surgimento dos próprios investimentos induzidos pelo mercado se dão, majoritariamente, a decisões de política econômica (política cambial e tarifárias), que modificam o sistema de preços relativos e orientam as transformações da capacidade produtiva (TAVARES, 1983). Já no que se refere à segunda problemática, as condições de estagnação absoluta da capacidade de importação não permitem um desenvolvimento industrial que mantenha um ritmo de crescimento constante, uma vez que

“as altas taxas de formação de capital e a composição de investimentos necessárias a uma rápida diversificação e integração do aparelho produtivo exigem que as limitações do setor externo sejam no máximo relativas, isto é, que haja uma certa expansão das importações, embora a uma taxa inferior à do crescimento do Produto. Isso pode ser obtido através de um aumento no poder de compra das exportações ou/e à entrada autônoma ou compensatória de capital estrangeiro” (TAVARES, 1983, p. 47)

No que se refere aos condicionamentos internos que surgem do processo de substituição de importações que posteriormente se tornaram sérias problemáticas, dificultando a continuidade desta via, pode-se destacar: “a dimensão e estrutura dos mercados nacionais, a natureza da evolução tecnológica e a constelação de recursos produtivos” (TAVARES, 1983, p. 48).

Em relação ao primeiro ponto, como dito anteriormente, visando superar as limitações de escala nacional do processo de industrialização, os países investiram no desenvolvimento da velha estrutura produtiva primária para que esta pudesse se tornar um setor secundário mais moderno que contemplasse serviços também mais modernos, não apenas voltados para as atividades exportadoras (TAVARES, 1983). Porém, a diversificação desses novos setores estava condicionada à composição da demanda interna que, por sua vez, dependia dos níveis de distribuição de renda. Porém, a nova orientação do sistema produtivo estava comprometida com o atendimento da demanda insatisfeita por importações das classes com maior renda, o que gerou uma grande concentração das atividades econômicas e, conseqüentemente, de renda (TAVARES, 1983).

A fase de substituição de bens de consumo não-duráveis permitiu que os investimentos multiplicassem tanto a renda média, quanto a empregabilidade. Logo, a ampliação do mercado se deu pelo aumento da renda dos grupos de maior poder aquisitivo, bem como pela incorporação ao consumo de bens e serviços industriais de trabalhadores deslocados para os novos setores dinâmicos (TAVARES, 1983). Todavia, na medida em que se entra na fase de bens de consumo duráveis, o crescimento do mercado se concentra no poder de compra das

classes com maior renda, devido à dificuldade de absorção de grandes quantidades de mão de obra e ao alto valor unitário dos bens produzidos. Assim, por mais que a implementação de novos setores produtivos tenha dado dinamismo em termos de crescimento de renda, cria de forma simultânea uma desproporção entre a capacidade produtiva e a necessidade de consumo das massas (TAVARES, 1983).

Em relação ao segundo ponto, a necessidade de importar tecnologias dos países centrais se dá pela impossibilidade de criação de novas técnicas mais adequadas devido à falta de estímulos. Além disso, esse processo de crescimento exige um grande esforço de acumulação de capital, porém o emprego gerado é relativamente pequeno, o que dificulta a absorção das massas crescentes da população que vai se incorporando à força de trabalho. Ademais,

“a própria diversificação e integração do aparelho produtivo industrial tende a ser freada, à medida que o montante de capital necessário, a dimensão do mercado nacional e o problema do *know how* se conjuguem e impeçam a penetração em uma série de setores onde mesmo a menor escala da unidade produtiva seja demasiado grande para a capacidade real da economia” (TAVARES, 1983, p. 51)

Vale ressaltar que havia uma tendência de depreciação acelerada dos equipamentos e técnicas importadas por obsolescência e, considerando que a taxa de salário é mais ou menos idêntica nas regiões e que o preço dos bens de capital importados foram artificialmente reduzidos visando estimular o desenvolvimento industrial, o esforço que a economia tinha que fazer de capitalização acarretava em altos níveis de desemprego (TAVARES, 1983).

Por fim, no que se refere ao terceiro ponto, há uma desproporção entre a empregabilidade da mão de obra, os recursos naturais e o capital, o que intensifica o desemprego estrutural e a manutenção de reservas potencialmente produtivas. Ademais, a “abundância relativa de recursos naturais” não significa, necessariamente, composição satisfatória para o processo de industrialização, uma vez que esses recursos não são igualmente produzidos por toda a América Latina, e também, devido às limitações da capacidade de importar, o acesso a esses recursos se tornava ainda mais difícil (TAVARES, 1983).

É possível concluir que a industrialização não foi eficaz no que se refere à absorção da mão de obra, a estrutura de mercado era pouco competitiva e possuía altos custos de produção e a distribuição da renda era extremamente desigual. No que se refere à problemática dos altos custos e da falta de competição, Tavares ressalta que as indústrias de substituição foram

instaladas para substituir importações que representavam uma parcela insignificante da capacidade produtiva de qualquer país antes exportador. Já referente à problemática da empregabilidade, como visto anteriormente, a taxa populacional cresce mais do que a taxa de emprego no setor secundário, sendo uma das únicas formas de contrabalançar essa tendência a absorção dos excedentes populacionais no setor de serviços, “onde o empreguismo e o desemprego disfarçados são manifestações inequívocas da escassez de oportunidades em outras áreas” (TAVARES, 1983, p 56). De acordo com Tavares,

a menos que o investimento governamental se oriente decididamente no sentido de emprego de mão-de-obra e que no setor primário, onde se encontra grande parcela de nossa população, se realize uma reforma agrária que se conjugue abundantemente o fator terra como o fator trabalho, aumentando a produtividade deste último através da melhoria do uso da terra e não do emprego de técnicas de alta densidade de capital, não antevemos possibilidades de melhorar decisivamente a situação (TAVARES, 1983, p. )

Referente ao problema da falta de planejamento, Tavares ressalta que não se pode esperar que a modificação nas funções macroeconômicas de produção derivasse da dinâmica própria ao modelo de substituição de importações e que se não houver integração nacional, com absorção dos excedentes de mão de obra e melhoria da distribuição de renda, a dualidade estrutural das economias da América Latina vão se agravar cada vez mais (TAVARES, 1983).

Por fim, é possível concluir que a política de substituição de importações levou à industrialização nas economias periféricas latinas, gerando um mercado de trabalho urbano e industrial, porém de forma limitada e seletiva. Essa industrialização não foi capaz de absorver toda a mão de obra disponível, e os empregos criados estavam concentrados em setores específicos, muitas vezes em indústrias de bens de consumo duráveis. Além disso, como evidenciado, este modelo apresentou dificuldades em manter a competitividade no longo prazo, especialmente com a dependência de tecnologia e bens de capital importados, além da baixa inovação.

A partir da segunda metade do século XX<sup>14</sup>, devido a todos os fatores já explicitados nos capítulos anteriores, muitos desses empregos industriais começaram a desaparecer, migrando para o Leste Asiático, onde o custo da mão de obra era mais baixo e a produção era mais eficiente e competitiva. Isso gerou um processo de desindustrialização na América Latina, que viu sua base produtiva reduzir-se drasticamente.

---

<sup>14</sup> Ademais, vale destacar também o processo de integração financeira. Não deu-se um enfoque a este processo devido às limitações do escopo deste trabalho que dificultaria abranger todos os nuances do fenômeno em questão, optando por enfatizar outros aspectos.

Com o declínio da indústria, o mercado de trabalho passou a depender cada vez mais do setor terciário, que, na América Latina, se dividiu em dois polos: um setor terciário qualificado que já não tinha mais lugar, já que as atividades produtivas não eram mais realizadas na região, e um grande setor terciário informal (TAVARES, 1983). A informalidade, portanto, tornou-se uma das marcas da economia latino-americana, resultado do desemprego estrutural que surgiu com a desindustrialização e da falta de alternativas de emprego formal. Em outras palavras, o setor de serviços cresceu sem a sustentação de uma base industrial sólida.

Esse cenário contribuiu para a precarização do trabalho na região, onde o setor de serviços foi a alternativa encontrada para absorver a crescente massa de trabalhadores. Assim, a informalidade, que já existia, foi amplificada pelo desemprego estrutural decorrente da reconfiguração da economia global, enquanto o setor terciário qualificado ficou cada vez mais limitado, pois a produção industrial reduziu drasticamente na América Latina, sendo transferida para países do Leste Asiático.

#### **4.2 - O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA ÁSIA**

Durante a segunda metade do século XX, o Leste Asiático emergiu como sendo a região mais dinâmica da economia mundial (CHANG, 2003). A partir da década de 1960, esses países tornaram-se o centro do debate no que se refere à políticas de desenvolvimento e, ao longo das últimas décadas, a região alcançou uma transformação econômica e social sem precedentes na história humana, consolidando-se ainda mais como um estudo de caso fundamental nas discussões dessa área (CHANG, 2003). A rápida industrialização, o aumento da competitividade global e o crescimento acelerado das exportações tornaram o Leste Asiático um exemplo central para entender os caminhos e desafios do desenvolvimento.

De acordo com Ha-Joon Chang, a própria definição de "Leste Asiático" é alvo de diversas controvérsias. Inicialmente, a região incluía Japão e os chamados NICs (Novos Países Industrializados) de primeira linha, como Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura. Essa delimitação tem sua origem no desempenho dessas economias entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980, período que deu início ao debate sobre a região no campo do desenvolvimento econômico. Todavia, desde o início da década de 1990, tornou-se cada vez mais comum incluir os chamados NICs de segunda linha do Sudeste Asiático – como Tailândia, Malásia e Indonésia – nas discussões sobre o Leste Asiático. Já

nos anos 2000, a China e o Vietnã também passaram a ser incluídos, uma vez que, desde os anos 1980, essas economias experimentaram um crescimento consideravelmente acelerado. Dessa forma, o conceito de Leste Asiático se expande constantemente, refletindo as mudanças econômicas significativas ocorridas nas últimas décadas.

Durante a segunda metade do século XX, as rendas per capita nas economias do Leste Asiático, conforme as definimos (os "cinco originais"), cresceram entre cinco e seis por cento ao ano. Considerando que as taxas de crescimento da renda per capita nas economias europeias e norte-americanas raramente ultrapassavam um por cento durante a Revolução Industrial e pouco mais de três por cento, mesmo durante a chamada "Era de Ouro do Capitalismo" (aproximadamente de 1950 a 1975), isso significa que o crescimento registrado nesse período de 50 anos no Leste Asiático foi, literalmente, o mais rápido da história humana (CHANG, 2003, tradução da autora).

Chang ressalta o caráter pós-guerra do notável fenômeno de crescimento das economias do Leste Asiático. O autor cita o estudo histórico de Maddison (1989) referente às taxas de crescimento da renda per capita de Japão, Taiwan e Coreia entre 1900 e 1950, que foram de 1%, 0,4% e 0,1%, respectivamente, o que ressalta a magnitude das transformações econômicas das décadas seguintes. De acordo com o mesmo estudo, a taxa de crescimento da renda per capita do Brasil e do Chile nessa época foi de 1,8% e 1,2%, respectivamente (CHANG, 2003).

Outro aspecto notável referente ao crescimento em questão foram as melhorias nos indicadores sociais, particularidade que nem todas as experiências de rápido crescimento conseguiram alcançar. Chang (2003) afirma que esses países apresentaram registros impressionantes em termos de redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, avanços na educação e outros indicadores de desenvolvimento humano. No entanto, o autor também ressalta problemas como autoritarismo político, violações de direitos humanos, corrupção, repressão sindical, discriminação de gênero e maus-tratos a minorias étnicas, em maior ou menor grau. Ainda assim, é justo afirmar que, durante a segunda metade do século XX, os cidadãos dessas economias vivenciaram melhorias na renda e no bem-estar geral que não têm precedentes na história humana (CHANG, 2003).

Pelo fato de, até a década de 1970, ser o único país fora da Europa industrializado, o Japão foi o primeiro país que despertou o interesse do Leste Asiático. As justificativas para o fato em questão variam desde a coordenação centralizada de investimentos e inovação tecnológica como responsáveis por impulsionar esse crescimento, até as próprias críticas acerca da eficácia e o alcance dessa política, destacando que seu sucesso dependia da estrutura

burocrática e da cultura coletiva japonesa, sendo difícil replicá-la em outros países (CHANG, 2003).

Isso se justifica pelo fato de o Japão ter sido o primeiro país a adotar a estratégia conhecida como “desenvolvimento a convite” durante o século XX, posteriormente seguida por países como Coreia do Sul e Taiwan. Os princípios que fundamentaram essa estratégia foram: industrialização para exportação e promoção de setores estratégicos da economia, por meio de uma colaboração entre o governo e o setor privado, com uma forte intervenção estatal. Visando atrair investimento estrangeiros e tecnologia para promover as indústrias estratégicas, como eletrônicos, automóveis, navios e produtos químicos, esses países passaram a oferecer incentivos fiscais, subsídios e acesso aos seus mercados. Uma parte considerável dessa remessa também foi investida em educação e formação de mão de obra qualificada para atender às indústrias em crescimento (GALA, s.d.)

No que se refere aos primeiros NICs, inicialmente, muitos economistas sustentavam que o sucesso dessas economias se devia principalmente às políticas de livre comércio, porém, foi comprovado que esses países não se desenvolveram apenas com base no livre mercado, uma vez que a liberalização era limitada e o racionamento de câmbio persistia, especialmente na Coreia, que enfrentava problemas de balanço de pagamentos (CHANG, 2003). Ademais, foram documentadas implementação de diversas políticas comerciais e industriais por parte desses governos visando modernizar as suas indústrias.

Chang e outros autores como Amsden, defendem que os regimes comerciais predominantes nos países dos primeiros NICs nos anos 1980 eram uma mistura de proteção à indústria nascente, comércio relativamente livre de insumos e subsídios à exportação. Além disso,

esses países conseguiam importar e assimilar tecnologias estrangeiras com sucesso, pois podiam: integrar de maneira eficaz suas políticas de educação e treinamento com a política industrial; iniciar e subsidiar de maneira eficiente a pesquisa e desenvolvimento (P&D) do setor privado, além de fornecer P&D do setor público em áreas-chave; e regular deliberadamente o licenciamento de tecnologia e os investimentos diretos estrangeiros de forma a maximizar os benefícios da transferência de tecnologia (CHANG, 2003, tradução da autora)

É nesse contexto que surge o “estado desenvolvimentista” dessas economias. Os defensores dessa tese argumentam que o que distingue os estados da Ásia Oriental de outros estados não necessariamente são as ferramentas de política que utilizaram, mas sim seu maior

grau de autonomia em relação a grupos de interesse, uma vez que isso lhes permitia maior intervenção quando o desempenho fosse inferior ao que se esperava.

Desde essa época Chang considerava o Banco Mundial como sendo o “principal proponente da interpretação ortodoxa da experiência do Leste Asiático” (CHANG, 2003, tradução nossa) uma vez que argumentam que a política industrial desses países tinham sido mal-sucedidas, bem como que os NICs de segunda linha tiveram um crescimento significativo sem essa política, o que levou diversos pesquisadores a questionarem os métodos utilizados por esta Organização Internacional, sendo Chang um desses críticos. O ponto convergente entre ambos era o consentimento sobre o papel das burocracias e das instituições que conectam o governo e o setor privado.

Chang relata também estudiosos que comparavam o desenvolvimento econômico do Leste Asiático com as economias socialistas da Europa Oriental, porém Chang contra-argumenta que são as capacidades organizacionais e institucionais acumuladas durante essa fase inicial que permitem que essas economias realizem essa transição.

Adentrando na experiência de desenvolvimento do Leste Asiático, Chang explica separadamente a gestão macroeconômica, a política externa e a política industrial. Em relação ao primeiro ponto, o principal objetivo na Ásia Oriental era o progresso industrial e não a estabilidade macroeconômica, o que levou a uma inflação considerável, especialmente até a década de 1970. De acordo com Chang (2003), as taxas médias inflação

na Coreia foram de 17,4% na década de 1960 e 19,8% na década de 1970, que eram mais altas, ou não muito inferiores, às encontradas em muitos países da América Latina durante os mesmos períodos. Na década de 1960, a taxa de inflação da Coreia foi superior à da Venezuela (1,3%), Bolívia (3,5%), México (3,6%), Peru (10,4%) e Colômbia (11,9%), e não muito inferior à da Argentina (21,7%). Na década de 1970, foi mais alta do que as encontradas na Venezuela (12,1%), Equador (14,4%) e México (19,3%), e não muito inferior às encontradas na Colômbia (22,0%) ou Bolívia (22,3%) (CHANG, 2003, tradução da autora)

De forma simultânea, foram tomadas medidas que visavam reprimir a demanda para que os investimentos pudessem ser maiores, por meio do limite ao acesso à crédito e altos impostos a bens de consumo de luxo.

Em relação ao segundo ponto, Chang afirma que a abertura asiática foi bastante seletiva, possuindo padrões mais flexíveis em áreas como comércio e tecnologia, porém ainda sob intensas restrições, e menos abertas para investimentos diretos estrangeiros e mercado de capitais. Nos casos em que os investimentos estrangeiros diretos eram autorizados, ainda sim

as propriedades estrangeiras não possuíam jurisdição fora das Zonas de Livre Comércio (ZLCs). Para se ter um comparativo, “em meados da década de 1980, por exemplo, apenas 6% das multinacionais na Coreia (incluindo as localizadas nas ZLCs) eram subsidiárias totalmente próprias, em comparação com 50% no México e 60% no Brasil” (CHANG, 2003, tradução da autora). As medidas em questão foram adotadas uma vez que os tomadores de decisão do Leste Asiático consideram a acumulação de capacidades tecnológicas pelas empresas domésticas como sendo uma condição vital para a atualização industrial eficaz (CHANG).

Em relação ao último ponto, a política industrial asiática considera como sendo importante para que “o estado crie barreiras protetoras temporárias para oferecer às empresas os incentivos necessários para iniciar novas indústrias e os recursos para investir em atividades relacionadas ao aprendizado” (CHANG, 2003, tradução da autora).

Um dos motivos que justifica o sucesso das políticas do leste-asiático é o fato de esses estados terem escolhido indústrias específicas como prioritárias, considerando as condições do mercado mundial e as capacidades tecnológicas locais. Esses setores possuíam prioridade na aquisição de crédito, bem como tratamentos fiscais preferenciais e outras medidas de apoio (CHANG, 2003). Em troca, eles se tornaram sujeitos ao controle estatal sobre tecnologia.

Outra explicação é o próprio caráter autônomo dos Estados, uma vez que o apoio estatal a uma indústria deve ser retirado quando necessário para que continue possibilitando a melhoria na produtividade, bem como uma maior autonomia dos próprios governos em relação ao setor privado. (CHANG, 2003)

Para Amsden, a base agrária é responsável por dar sentido à industrialização. De acordo com o autor em questão, “entre 1960 e 1988, a indústria cresceu a uma taxa anual de 10,6% na Ásia oriental, ao passo que no conjunto das regiões em desenvolvimento esse crescimento se deu a uma taxa de 6,3%” (BANCO MUNDIAL, 1990 apud AMSDEN, 2001, p. 45). Porém, vale ressaltar, que esse crescimento não foi uniforme entre os países da região, sendo justamente a distribuição equitativa das terras um fator essencial nessa disparidade. Ainda sobre esse último ponto, Amsden defende que essa distribuição equitativa das terras também influencia a distribuição equitativa de salários, que, por sua vez, repercutem nas taxas de inflação e nos conflitos sociais.

Para o autor, no século XX, o responsável por definir a industrialização tardia é justamente a ausência de novas tecnologias, ou seja, de produtos e processos pioneiros que os diferencia dos demais, o que obrigava esses países a “aprenderem” para depois competir. Todavia, o sucesso da Ásia entre os países tardiamente industrializados se justifica pelo seu princípio distinto de alocação de subsídios, o que aumentou a eficiência produtiva e fez com que, cada vez menos, fossem necessários subsídios para gerar uma vantagem de custo. Cada país adotou a sua gama de medidas particulares, porém algumas delas foram tetos para os preços, controle de fuga de capitais, proteção contra importações, entre outras (AMSDEN, 2001). Amsden ressalta a importância da intervenção do Estado no que se refere à abordagem da Ásia Oriental, tanto em relação à disciplina do trabalho, quanto em relação ao controle do seu capital (AMSDEN, 2001).

Uma vez que uma parte considerável das exportações dos produtos industrializados da Ásia Oriental receberam longos períodos de subsidiamento, o que garantiu que esses produtos fossem capazes de competir nos mercados mundiais foi justamente o processo de alocação de subsídios ter ocorrido de forma relativamente disciplinada adjunto das intervenções governamentais. Outro ponto destacado por Amsden é a diferença salarial relativamente pequena entre administradores e trabalhadores desde o nível de fábrica até o nível do Estado. Nas palavras do autor,

As forças do mercado e o Estado têm dividido a tarefa de disciplinar os negócios na Ásia oriental. Durante uma fase de industrialização por substituição de importações, o Estado é tipicamente o disciplinador, ao passo que, durante sua fase inicial de desenvolvimento das exportações, esse papel recai sobre o mercado. Então, durante uma “nova fase industrialização por substituição de importações”, quando passam a fazer parte da agenda o subsidiamento da P&D e a mudança para um segmento de mercado de maior qualidade, o papel predominante do Estado é retomado (AMSDEN, 2001, p. 139-140)

Ou seja, conforme o crescimento econômico se intensificava, o Estado se envolvia cada vez mais com esse processo, direcionando mais recursos para seu avanço, o que gerava um ciclo de estímulo ao desenvolvimento. Dessa forma, o Estado não apenas impulsionou o progresso econômico, como também foi moldado por ele.

Isso tudo significa que, no Leste Asiático, o crescimento do setor de serviços está diretamente ligado ao desenvolvimento de um sistema econômico de múltiplas camadas, onde a indústria continua desempenhando um papel importante na economia doméstica pelos motivos previamente citados. O avanço da industrialização nesses países foi acompanhado pela criação de serviços, que acabam sendo complementares a este setor produtivo

(AMSDEN, 2001). Isso também garantiu que esses países, principalmente a China, fossem capazes de se apropriar de uma parte maior da renda gerada pela economia global, como será visto posteriormente. Ou seja, no Leste Asiático, há uma maior interligação entre indústria e serviços, que por sua vez gera uma maior complexidade econômica na região.

A complexidade econômica é um conceito que avalia o nível de sofisticação na produção de bens e serviços de uma economia, refletindo sua capacidade produtiva. O Índice de Complexidade Econômica (ICE), por sua vez, mede o conhecimento acumulado por uma população, expresso nas atividades econômicas (LADEIRA, CARDOSO, 2020). Esse índice considera a diversidade dos países e a onipresença dos produtos de acordo com a pauta exportadora e a sofisticação dos bens exportados (LADEIRA, CARDOSO, 2020). Países com ICE elevado tendem a possuir economias mais diversificadas e sofisticadas, com setores industriais e tecnológicos desenvolvidos. Isso geralmente resulta em exportações de maior valor agregado, maior competitividade global e maior capacidade de adaptação a mudanças econômicas (LADEIRA, CARDOSO, 2020). Em contrapartida, países com ICE baixo costumam depender de exportações de produtos primários e de baixo valor agregado, o que os torna mais vulneráveis às oscilações dos preços globais de commodities (LADEIRA, CARDOSO, 2020).

Em linhas gerais, para que um país seja considerado um exportador significativo de um determinado produto é necessário que sua Vantagem Comparativa Revelada (RCA), que é um indicador que mede o desempenho relativo das exportações de um determinado produto de um país, seja igual ou maior que 1 ( $RCA \geq 1$ ) (LADEIRA, CARDOSO, 2020). Considerando tais fatos, em 1970 o ICE do Brasil, da Argentina, da Venezuela e da Colômbia eram de, respectivamente, -0,636, -0,072, -0,053 e -0,115. Enquanto isso, no mesmo ano, o ICE da China, do Japão e da Coreia do Sul foram de 0,751, 2,123 e 0,980. Em 2013, o ICE do Brasil, da Argentina, da Venezuela e da Colômbia foram de 0,0152, 0,187, -0,908 e 0,170 e da China, do Japão e da Coreia do Sul, respectivamente, 0,965, 2,292, 1,699 (LADEIRA, CARDOSO, 2020).

Esses dados evidenciam que as diferenças entre as duas regiões apenas aumentaram ao longo dos anos. A China demonstrou um notável crescimento de seu ICE, refletindo seu processo de industrialização acelerada e aumento da competitividade global. Por outro lado, entre os países latino-americanos, apenas o Brasil e a Argentina registraram alguma melhoria no índice, embora ainda de forma modesta em comparação com o crescimento asiático. Esse

quadro ressalta como os países asiáticos conseguiram fortalecer os seus setores industriais e tecnológicos, o que lhes permitiu ampliar o valor agregado de suas exportações, com serviços mais qualificados. (LADEIRA, CARDOSO, 2020).

### **4.3 - COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO LESTE ASIÁTICO**

Como visto anteriormente, o modelo de substituição de importações, adotado por muitos países em desenvolvimento, visa criar capacidade produtiva local ao restringir o acesso às importações, protegendo a indústria nascente da concorrência estrangeira. Esse modelo funciona bem no começo uma vez que, ao fechar o mercado para produtos externos, os produtores locais ganham uma vantagem inicial, porém, ao longo do tempo, ele acaba incentivando a produção de tecnologias desatualizadas e a "reinvenção da roda", em vez de estimular a inovação, já que a proteção tarifária e as barreiras às importações se consolidam, e a indústria doméstica tende a se acomodar.

As diferenças que surgiram entre o Leste Asiático e a América Latina em termos de desenvolvimento econômico foi que a primeira região adotou um modelo de industrialização voltado para exportação após a adoção da política de substituição de importação, caracterizado por um forte planejamento estatal, políticas industriais estratégicas e investimentos significativos em educação e tecnologia. Dessa forma, a exposição ao mercado global não foi nociva a essas economias, muito pelo contrário, à medida que foram ganhando escala mundial e domínio tecnológico, os subsídios e as tarifas protetoras tornam-se desnecessários.

Já o que se sucedeu na América Latina foi justamente o contrário, ou seja, a desindustrialização, mais especificamente a partir dos anos 1980, que foi quando iniciou-se o processo de desmonte das plantas industriais e abandono do projeto de substituição de importações visando adequar-se às exigências do capitalismo globalizado. Devido à crise do petróleo dos anos 1970, a elevação da taxa de juros nos Estados Unidos, a posterior crise da dívida dos anos 1980 e o Plano Brady, as economias dessa região entraram em uma crise generalizada, que as obrigaram a elevar a sua taxa de juros, o que, conseqüentemente, desarticulou a estrutura de suas dívidas externas e comprometeu os saldos comerciais nacionais com o pagamento de juros, destruindo a estrutura protecionista que havia amparado a substituição de importações entre 1930 e 1970, aproximadamente (MARTINS, s.d).

Essa desindustrialização é percebida pela redução da participação da indústria no PIB industrial tanto mundial, quanto regional e nacional. Essa redução do peso da indústria “não deu lugar a um setor de serviços de alta qualidade mas apareceu associada à desarticulação da ciência básica e à preservação do subdesenvolvimento científico e tecnológico” (MARTINS, s.d.), afetando a estrutura do emprego e as questões sociais da região.

De acordo com Neto (2016), a Argentina passou por um pico de participação da indústria na economia nos anos 30, porém, em termos de emprego, a parcela da indústria de transformação caiu de forma contínua de 1950 a 2010, de 27% a 12%. Já no Chile, no México e no Brasil,

a parcela da indústria no valor adicionado e do emprego [...] teve uma trajetória de U invertido ao longo do tempo, com pico ao final dos anos 1960 no Chile (20%) e em meados dos anos 1980 no México (20%) e no Brasil (13,5%). Em 2010, a participação da indústria de transformação alcançou, respectivamente, 10%, 15% e 12% nesses países (NETO, 2016).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a desindustrialização nos países latino-americanos foi prematura e existem diversas razões para explicar tal fato. A primeira delas é que as suas rendas per capita permanecem inferiores às dos países desenvolvidos durante suas respectivas desindustrializações. Em segundo lugar, esses países se especializam em setores menos produtivos e com menor intensidade tecnológica, focando em recursos naturais, em vez de setores industriais que empregam mais mão de obra e engenharia. Essa falta de setores intensivos em tecnologia impede o aumento da produtividade em outros segmentos da economia, o que dificulta o desenvolvimento. Por fim, o terceiro é que enquanto a desindustrialização nos países desenvolvidos muitas vezes leva à ascensão de serviços de alta tecnologia, na América Latina, observa-se uma diversificação em direção a serviços de baixa produtividade, o que não contribui positivamente para o desenvolvimento econômico.

Assim, a desindustrialização das economias latino-americanas teve como contraparte, sobretudo, o crescimento da participação dos serviços de baixa produtividade tanto no valor adicionado como no emprego totais da economia. Exemplos desses serviços são as atividades do comércio de atacado e de varejo, restaurantes, etc., associados ao ciclo de crescimento do consumo interno nos anos 2000. Além de perder espaço no PIB e no emprego, a indústria da Argentina, Brasil e Chile também ficou menos diversificada, já que passou por um processo de especialização em setores intensivos em recursos naturais. (CEPAL, 2023)

Além disso, a CEPAL também afirma que a participação dos bens primários nas exportações brasileiras aumentou em 28% entre 1990 e 2014, na mesma medida em que as parcelas dos bens de baixa e média tecnologia regrediram 7%, respectivamente. Já o Chile,

ficou submetido às exportações primárias desde 1990 até 2014, com os bens primários e baseados em recursos naturais correspondendo cerca de 90% de sua pauta (CEPAL, 2023).

Logo, a CEPAL atribui a ineficiência alocativa, adjunta das causas previamente expostas, como sendo uma das principais causas da estagnação do desenvolvimento econômico da América Latina nas últimas décadas. Enquanto isso, no Leste Asiático, de acordo com o Banco Mundial, em 2022 o setor industrial contribuiu em quase 30% para o PIB chinês e quase 20% para o PIB japonês e singapurense. Mesmo assim, o setor terciário é o que mais contribui no PIB desses países, porém não se pode deixar de ressaltar a importância do setor secundário para a economia destes.

Uma vez evidenciados não apenas as alterações no caráter do trabalho em ambas as regiões, mas também as diferentes facetas da substituição de importação e como essas medidas tentaram acompanhar a conjuntura internacional que estava sendo dada, serão analisados no próximo capítulo os dados apresentados na Introdução deste trabalho, porém de forma mais apurada e complementado por dados que dizem respeito à participação da renda global de produção. Estes dados visam elucidar as questões que foram discutidas até agora em consonância com a realidade material em que esses países estão inseridos, considerando todas as limitações da pesquisa.

## **5. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Este capítulo está estruturado em duas partes principais. Na primeira, é realizada uma análise aprofundada dos dados apresentados nas seções anteriores, buscando detalhar suas implicações e ampliar a compreensão sobre o tema. Na segunda parte, são brevemente exploradas algumas das produções das instituições que se dedicam a estudar e intervir no mundo do trabalho, com destaque às suas prioridades e perspectivas sobre os desafios contemporâneos.

### **5.1 UMA ANÁLISE MAIS APROFUNDADA ACERCA DESSAS MUDANÇAS**

Os dados deste capítulo são uma continuação das tabelas 1, 2, 3 e 4 apresentados na introdução. Optou-se por fragmentar o conteúdo desta forma uma vez que, em um primeiro momento, considerou-se como sendo necessário apresentar a primeira parte dos dados para que a pergunta de pesquisa deste trabalho, bem como a justificativa, os objetivos e todo o conteúdo posterior, fizessem sentido. Uma vez já familiarizados com o tema abordado, será feita uma análise mais aprofundada destes dados com o intuito de contribuir de forma mais significativa para o debate em questão.

Em relação aos tipos de atividade que compõem os setores econômicos no cenário global, as Tabelas 7 e 8 mostram a quantidade de pessoas empregadas em cada setor da economia nos anos de 1991 e 2020, respectivamente. No que se refere à quantidade total de trabalhadores de cada zona econômica, houve um aumento geral em todas as regiões, menos na periferia, que diminuiu cerca de 52.000 trabalhadores. Porém, o aumento mais substancial foi com certeza o crescimento de quase 790 mil trabalhadores na semiperiferia. Acredita-se que, como dito anteriormente, esse peso substancial é ocasionado pela Ásia, mais especificamente a China, uma vez que foi um dos dois únicos países que ascendeu na hierarquia de riqueza da periferia direto para a semiperiferia nesses 30 anos.

Nota-se também um crescimento generalizado de todas atividades, com destaque para Comércio Atacado e Varejo (G), com cerca de 200 mil trabalhadores a mais, bem como Construção (F), com 130 trabalhadores a mais em 2020 comparado com 1991. Da mesma forma, o único grupo de atividades que diminuiu foi Agricultura, Silvicultura e Pesca (A), com cerca de 100 mil trabalhadores a menos.

Tabela 7 – Quantidade de pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região em 1991

<b>Atividade Econômica</b>	<b>Centro</b>	<b>Perímetro do Centro</b>	<b>Semiperiferia</b>	<b>Perímetro da Periferia</b>	<b>Periferia</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	20.902,799	1.886,755	74.178,712	10.796,106	756.407,665	864.172,037
<b>B</b>	1.755,383	32,017	3.647,829	414,297	7.385,303	13.234,829
<b>C</b>	81.715,901	2.945,218	50.006,538	6.721,904	173.973,178	315.362,739
<b>DE</b>	4.002,454	133,654	3.684,823	301,439	8.455,478	16.577,848
<b>F</b>	29.705,174	910,975	18.770,088	2.092,824	38.391,881	89.870,942
<b>G</b>	61.109,966	2.764,210	38.330,490	5.154,177	96.923,455	204.282,298
<b>HJ</b>	29.934,313	749,632	15.663,295	2.131,971	39.806,254	88.285,465
<b>I</b>	18.377,953	397,914	7.335,421	1.076,598	14.354,645	41.542,531
<b>K</b>	15.743,298	335,680	3.403,108	359,508	5.245,145	25.086,739
<b>LMN</b>	23.053,460	508,676	8.301,448	735,276	5.099,882	37.698,742
<b>O</b>	22.765,448	984,180	14.635,860	1.440,506	38.781,462	78.607,456
<b>P</b>	26.349,078	815,538	18.349,249	1.540,957	32.473,581	79.528,403
<b>Q</b>	33.552,788	609,684	11.605,584	1.014,465	17.818,683	64.601,204
<b>RSTU</b>	20.612,481	1.625,178	21.066,762	2.172,983	37.688,910	83.166,314
<b>Total Geral</b>	<b>389.580,496</b>	<b>14.699,311</b>	<b>288.979,207</b>	<b>35.953,011</b>	<b>1.272.805,522</b>	<b>2.002.017,547</b>

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Tabela 8 – Quantidade de pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região em 2020

<b>Atividade Econômica</b>	<b>Centro</b>	<b>Perímetro do Centro</b>	<b>Semiperiferia</b>	<b>Perímetro da Periferia</b>	<b>Periferia</b>	<b>Total Geral</b>
<b>A</b>	11.075,418	757,542	216.415,870	15.602,935	512.844,608	756.696,373
<b>B</b>	1.501,239	209,485	7.401,913	835,679	7.196,751	17.145,067
<b>C</b>	58.987,462	2.541,584	209.958,655	6.327,383	132.780,340	410.595,424
<b>DE</b>	5.825,702	228,051	12.756,089	545,138	7.774,186	27.129,166
<b>F</b>	33.627,546	2.095,714	83.608,266	4.191,992	97.287,650	220.811,168
<b>G</b>	64.101,274	3.096,065	153.925,286	11.329,113	173.229,562	405.681,300
<b>HJ</b>	44.835,722	1.107,203	60.845,101	5.131,525	65.482,620	177.402,171
<b>I</b>	25.563,524	938,170	54.636,954	3.481,881	30.730,621	115.351,150
<b>K</b>	18.397,467	389,745	14.770,071	958,479	11.971,353	46.487,115
<b>LMN</b>	51.317,906	1.435,994	46.616,532	4.269,480	25.799,348	129.439,260
<b>O</b>	27.789,651	2.666,161	63.409,579	2.782,225	30.661,992	127.309,608
<b>P</b>	37.285,064	2.084,844	56.657,317	3.078,123	46.919,592	146.024,940
<b>Q</b>	61.554,648	1.441,815	36.405,514	2.785,982	19.379,657	121.567,616
<b>RSTU</b>	27.057,800	2.950,761	60.299,197	4.722,020	58.742,304	153.772,082
<b>Total Geral</b>	<b>468.920,423</b>	<b>21.943,134</b>	<b>1.077.706,344</b>	<b>66.041,955</b>	<b>1.220.800,584</b>	<b>2.855.412,440</b>

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Vale ressaltar que nenhuma atividade específica é inerentemente típica do núcleo orgânico ou típica da periferia, podendo ser característica de uma das regiões por um período limitado (ARRIGHI, 1997). A distribuição das atividades econômicas entre o centro e a

periferia é dinâmica e depende da proporção dessas atividades em cada região, refletindo um processo contínuo de mudança e adaptação às condições econômicas e políticas globais.

A adoção de algumas medidas decorrentes da mudança da conjuntura global, como políticas neoliberais, de liberalização do comércio, de desregulamentação e de disseminação de tecnologias tendem a atrair investimentos estrangeiros para regiões periféricas, alterando a distribuição de atividades econômicas, como evidenciado anteriormente. Em outras palavras, setores que outrora foram centrais em economias do núcleo podem perder relevância, enquanto novos setores emergem em economias periféricas.

Logo, as Tabelas 9 e 10 mostram a proporção das pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a sua localização na hierarquia de riqueza.

Tabela 9 – Proporção das pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região em comparação ao total geral em 1991

Atividades Econômicas	Centro	Perímetro do Centro	Semiperiféria	Perímetro da Periferia	Periferia	Total
A	1,04%	0,09%	3,71%	0,54%	37,78%	43,17%
B	0,09%	0,00%	0,18%	0,02%	0,37%	0,66%
C	4,08%	0,15%	2,50%	0,34%	8,69%	15,75%
DE	0,20%	0,01%	0,18%	0,02%	0,42%	0,83%
F	1,48%	0,05%	0,94%	0,10%	1,92%	4,49%
G	3,05%	0,14%	1,91%	0,26%	4,84%	10,20%
HJ	1,50%	0,04%	0,78%	0,11%	1,99%	4,41%
I	0,92%	0,02%	0,37%	0,05%	0,72%	2,08%
K	0,79%	0,02%	0,17%	0,02%	0,26%	1,25%
LMN	1,15%	0,03%	0,41%	0,04%	0,25%	1,88%
O	1,14%	0,05%	0,73%	0,07%	1,94%	3,93%
P	1,32%	0,04%	0,92%	0,08%	1,62%	3,97%
Q	1,68%	0,03%	0,58%	0,05%	0,89%	3,23%
RSTU	1,03%	0,08%	1,05%	0,11%	1,88%	4,15%
Total Geral	19,46%	0,73%	14,43%	1,80%	63,58%	100,00%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Tabela 10 – Proporção das pessoas empregadas em cada setor da economia de acordo com a região em comparação ao total geral em 2020

Atividades Econômicas	Centro	Perímetro do Centro	Semiperiféria	Perímetro da Periferia	Periferia	Total
A	0,39%	0,03%	7,58%	0,55%	17,96%	26,50%
B	0,05%	0,01%	0,26%	0,03%	0,25%	0,60%
C	2,07%	0,09%	7,35%	0,22%	4,65%	14,38%

DE	0,20%	0,01%	0,45%	0,02%	0,27%	0,95%
F	1,18%	0,07%	2,93%	0,15%	3,41%	7,73%
G	2,24%	0,11%	5,39%	0,40%	6,07%	14,21%
HJ	1,57%	0,04%	2,13%	0,18%	2,29%	6,21%
I	0,90%	0,03%	1,91%	0,12%	1,08%	4,04%
K	0,64%	0,01%	0,52%	0,03%	0,42%	1,63%
LMN	1,80%	0,05%	1,63%	0,15%	0,90%	4,53%
O	0,97%	0,09%	2,22%	0,10%	1,07%	4,46%
P	1,31%	0,07%	1,98%	0,11%	1,64%	5,11%
Q	2,16%	0,05%	1,27%	0,10%	0,68%	4,26%
RSTU	0,95%	0,10%	2,11%	0,17%	2,06%	5,39%
Total Geral	16,42%	0,77%	37,74%	2,31%	42,75%	100,00%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Nota-se que, em 1981, mais de 60% dos trabalhadores mundiais eram provenientes da periferia, sendo que mais de 40% desses estavam empregados em atividades de Agricultura, Silvicultura e Pesca (A). Enquanto isso, cerca de 20% dos trabalhadores mundiais se encontravam nos países centrais e 14% nos países semiperiféricos. Já nos anos 2020, mesmo com todas as mudanças no cenário internacional, a maior parte dos trabalhadores mundiais continua sendo da periferia, com 43% do total, porém houve um aumento extremamente significativo de 24% da semiperiferia, com uma diferença de apenas 5% entre países periféricos e semiperiféricos, sendo a Agricultura, Silvicultura e Pesca (A) as atividade que continuam empregando mais trabalhadores à nível mundial (18%).

Vale ressaltar também que a diferença proporcional entre as pessoas empregadas na periferia e na semiperiferia em 1991 era de aproximadamente 50%, enquanto que esse valor em 2020 passou a ser cerca de 7%. Isso significa que houve um aumento nas atividades desenvolvidas pela semiperiferia, sendo esse aumento proporcional à diminuição das atividades tanto do centro, quanto da periferia.

Este trabalho considera que essa desruralização que está sendo evidenciada nos dados está levando a China para a semiperiferia mundial. De acordo com Harvey, as populações recém-proletarizadas da China rural foram essenciais para uma nova fase do crescimento capitalista. Essas populações ajudaram a tornar o sistema mais volátil ao pressionar o uso da terra, desempenhando um papel fundamental no aumento do valor e da renda da terra, que foram aproveitados pelos capitalistas fundiários e urbanistas.

Ademais, de acordo com Wallerstein (1996), há dois dilemas que os capitalistas são incapazes de resolver conforme o sistema capitalista avança, que é a desruralização do mundo

e a crise ecológica ambiental. Quando o autor tenta explicar como o mundo se desruralizou progressivamente, este afirma que

Cada vez que há estancamento cíclico na economia mundial, um dos seus resultados é uma menor mobilização do proletariado urbano contra o declínio de seu poder de compra. Cria-se, assim, uma tensão a que os capitalistas resistem por suposto. Não obstante, a organização operária cresce e começa a ser perigosa. Ao mesmo tempo, as reorganizações empresariais alcançam um momento em que poderiam relançar a economia mundial sobre a base de novos produtos monopolizados (WALLERSTEIN, 1996, p. 263)

Logo, a única solução é aumentar a renda do proletariado, sobretudo dos operários qualificados, o que teoricamente resolveria a tensão política e a falta de demanda. Há, porém uma contrapartida, que é a diminuição da porcentagem de mais-valia dos proprietários. A forma de contornar isso é por meio da transferência de alguns setores de atividades econômicas para zonas que possuem uma significativa população rural, uma vez que esses novos salários representam um certo incremento na vida desses trabalhadores porém, a nível mundial, representam custos de trabalho minimizados (WALLERSTEIN, 1996). Essa dinâmica fomenta uma desruralização parcial do mundo. A longo prazo “não haverá novas populações de baixa renda para compensar os salários mais elevados dos setores proletarizados anteriormente. Portanto, o custo do trabalho aumentará mundialmente, sem que os capitalistas possam evitá-lo” (WALLERSTEIN, 1996, p. 264)

No que se refere à especialização, de acordo com a Tabela 11, é possível perceber que o centro se especializa majoritariamente em atividades de Manufatura (C) e Comércio Atacado e Varejo (G) com aproximadamente 21% da sua população empregada na primeira e 16% na segunda. Já a semiperiferia possui cerca de 26% de toda a sua população empregada na Agricultura, Pesca e Silvicultura (A) e a periferia 60% nessa mesma atividade.

Já a Tabela 12 evidencia uma queda de 9% na quantidade de pessoas empregadas na Manufatura (C), fazendo com que no centro, Comércio Atacado e Varejo (G) passasse a ser a atividade mais significativa nesta região, junto com Saúde Humana e Serviços Sociais (Q), seguidas de Imobiliária, atividades empresariais e administrativas (LMN). Enquanto que na semiperiferia, diminuiu a quantidade de pessoas empregadas na Agricultura, Pesca e Silvicultura (A) e aumentou de forma mais notável na Manufatura (C) e de forma mais geral no setor terciário. Na periferia, nota-se uma queda bem brusca nas atividades de agricultura, com quase 20% trabalhadores a menos, bem como uma diminuição da Manufatura (C) e um aumento nas atividades do terceiro setor de modo generalizado.

Tabela 11 – Especialização das atividades econômicas por zona em 1991

Atividades Econômicas	Centro	Perímetro do Centro	Semiperiferia	Perímetro da Periferia	Periferia	Total
A	5,37%	12,84%	25,67%	30,03%	59,43%	43,17%
B	0,45%	0,22%	1,26%	1,15%	0,58%	0,66%
C	20,98%	20,04%	17,30%	18,70%	13,67%	15,75%
DE	1,03%	0,91%	1,28%	0,84%	0,66%	0,83%
F	7,62%	6,20%	6,50%	5,82%	3,02%	4,49%
G	15,69%	18,81%	13,26%	14,34%	7,61%	10,20%
HJ	7,68%	5,10%	5,42%	5,93%	3,13%	4,41%
I	4,72%	2,71%	2,54%	2,99%	1,13%	2,08%
K	4,04%	2,28%	1,18%	1,00%	0,41%	1,25%
LMN	5,92%	3,46%	2,87%	2,05%	0,40%	1,88%
O	5,84%	6,70%	5,06%	4,01%	3,05%	3,93%
P	6,76%	5,55%	6,35%	4,29%	2,55%	3,97%
Q	8,61%	4,15%	4,02%	2,82%	1,40%	3,23%
RSTU	5,29%	11,06%	7,29%	6,04%	2,96%	4,15%
Total Geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2024) e CWEdat (2024).

Tabela 12 – Especialização das atividades econômicas por zona em 2020

Atividade Econômica	Centro	Perímetro do Centro	Semiperiferia	Perímetro da Periferia	Periferia	Total
A	2,36%	3,45%	20,08%	23,63%	42,01%	26,50%
B	0,32%	0,95%	0,69%	1,27%	0,59%	0,60%
C	12,58%	11,58%	19,48%	9,58%	10,88%	14,38%
DE	1,24%	1,04%	1,18%	0,83%	0,64%	0,95%
F	7,17%	9,55%	7,76%	6,35%	7,97%	7,73%
G	13,67%	14,11%	14,28%	17,15%	14,19%	14,21%
HJ	9,56%	5,05%	5,65%	7,77%	5,36%	6,21%
I	5,45%	4,28%	5,07%	5,27%	2,52%	4,04%
K	3,92%	1,78%	1,37%	1,45%	0,98%	1,63%
LMN	10,94%	6,54%	4,33%	6,46%	2,11%	4,53%
O	5,93%	12,15%	5,88%	4,21%	2,51%	4,46%
P	7,95%	9,50%	5,26%	4,66%	3,84%	5,11%
Q	13,13%	6,57%	3,38%	4,22%	1,59%	4,26%
RSTU	5,77%	13,45%	5,60%	7,15%	4,81%	5,39%
Total Geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

As Tabelas 13 e 14 a seguir vão mostrar proporcionalmente a quantidade de pessoas empregadas em cada atividade econômica nas regiões centrais, semiperiféricas e periféricas em função da quantidade de pessoas empregadas nessas atividades globalmente.

Tabela 13 – Quantidade de pessoas empregadas em cada atividade econômica de acordo com a região em 1991

Atividades Econômicas	Centro	Perímetro do Centro	Semiperiférica	Perímetro da Periferia	Periferia	Total
A	2,42%	0,22%	8,58%	1,25%	87,53%	100,00%
B	13,26%	0,24%	27,56%	3,13%	55,80%	100,00%
C	25,91%	0,93%	15,86%	2,13%	55,17%	100,00%
DE	24,14%	0,81%	22,23%	1,82%	51,00%	100,00%
F	33,05%	1,01%	20,89%	2,33%	42,72%	100,00%
G	29,91%	1,35%	18,76%	2,52%	47,45%	100,00%
HJ	33,91%	0,85%	17,74%	2,41%	45,09%	100,00%
I	44,24%	0,96%	17,66%	2,59%	34,55%	100,00%
K	62,76%	1,34%	13,57%	1,43%	20,91%	100,00%
LMN	61,15%	1,35%	22,02%	1,95%	13,53%	100,00%
O	28,96%	1,25%	18,62%	1,83%	49,34%	100,00%
P	33,13%	1,03%	23,07%	1,94%	40,83%	100,00%
Q	51,94%	0,94%	17,96%	1,57%	27,58%	100,00%
RSTU	24,78%	1,95%	25,33%	2,61%	45,32%	100,00%
Total Geral	19,46%	0,73%	14,43%	1,80%	63,58%	100,00%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Tabela 14 – Quantidade de pessoas empregadas em cada atividade econômica de acordo com a região em 2020

Atividades Econômicas	Centro	Perímetro do Centro	Semiperiférica	Perímetro da Periferia	Periferia	Total
A	1,46%	0,10%	28,60%	2,06%	67,77%	100,00%
B	8,76%	1,22%	43,17%	4,87%	41,98%	100,00%
C	14,37%	0,62%	51,14%	1,54%	32,34%	100,00%
DE	21,47%	0,84%	47,02%	2,01%	28,66%	100,00%
F	15,23%	0,95%	37,86%	1,90%	44,06%	100,00%
G	15,80%	0,76%	37,94%	2,79%	42,70%	100,00%
HJ	25,27%	0,62%	34,30%	2,89%	36,91%	100,00%
I	22,16%	0,81%	47,37%	3,02%	26,64%	100,00%
K	39,58%	0,84%	31,77%	2,06%	25,75%	100,00%
LMN	39,65%	1,11%	36,01%	3,30%	19,93%	100,00%
O	21,83%	2,09%	49,81%	2,19%	24,08%	100,00%
P	25,53%	1,43%	38,80%	2,11%	32,13%	100,00%
Q	50,63%	1,19%	29,95%	2,29%	15,94%	100,00%
RSTU	17,60%	1,92%	39,21%	3,07%	38,20%	100,00%
Total Geral	16,42%	0,77%	37,74%	2,31%	42,75%	100,00%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdata (2024).

Em 1991, dentre as 14 atividades econômicas, a periferia predominava em 10, sendo apenas Acomodação e Alimentação (I); Finanças e Seguros (K); Serviços Imobiliários, Atividades Empresariais e Administrativas (LMN) e Saúde Humana e Serviços Sociais (Q) dominadas pelos países centrais, porém em 2020, houve uma inversão e a semiperiferia, que antes não prevalecia em nenhuma categoria, passou a ocupar metade dessas atividades.

Enquanto isso, o centro continua ocupando prevalentemente Finanças e Seguros (K); Serviços Imobiliários, Atividades Empresariais e Administrativas (LMN) e Saúde Humana e Serviços Sociais (Q). Já a periferia, segue ocupando predominantemente Agricultura, Silvicultura e Pesca (A); bem como Construção (F), Comércio Atacado e Varejo (G) e Transporte, Armazenamento e Comunicação (HJ). Ainda assim, a maior parte de empregados continuam sendo da periferia, porém com uma diferença de apenas 5% em relação à semiperiferia.

Analisando os dados acima, é possível ter uma perspectiva mais apurada da forma que as mudanças nos regimes de acumulação de capital se expressaram no mercado de trabalho a nível mundial.

Agora, considerando os dados da introdução e deste capítulo, bem como o desenvolvimento teórico dos capítulos, serão utilizados dados do Produto Interno Bruto (PIB) das zonas que constituem a economia-mundo. Esta variável será utilizada enquanto indicador macroeconômico para que seja possível avaliar a capacidade de geração de riqueza dessas regiões ao longo dos anos, para se ter uma visão quantitativa das transformações ocorridas nessas economias.

Ao analisar o crescimento e as variações no PIB é possível identificar o impacto de políticas econômicas como a industrialização voltada para a exportação no Leste Asiático e a substituição de importações na América Latina, uma vez que o PIB é capaz de demonstrar, de forma abrangente, as consequências econômicas de processos como a desindustrialização e a expansão do setor de serviços, ambos temas centrais deste trabalho, em um cenário mundial. Embora suas limitações como indicador social sejam reconhecidas, especialmente por não refletir a distribuição de renda, o bem-estar ou a qualidade de vida da população, o uso do PIB ainda se justifica por sua capacidade de evidenciar os principais efeitos econômicos dos

processos estudados. Portanto, o PIB serve como ponto de partida para uma análise mais ampla das dinâmicas econômicas e suas implicações no desenvolvimento das regiões.

Para isso, as Tabelas 15 e 16 fazem, respectivamente, uma comparação entre a População Total, População Empregada, Produto Interno Bruto e o Produto Nacional Bruto das diferentes zonas nos anos de 1991 e 2020, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024). Posteriormente, os Gráfico 1 e 2 exemplificam de forma mais dinâmica os dados evidenciados nas Tabelas supracitadas.

Tabela 15 – Dados referentes à População Total, Empregada, PIB e PNB em 1991

<b>Zona</b>	<b>População Total</b>	<b>População Empregada</b>	<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>Produto Nacional Bruto (PNB)</b>
Centro	859.201.504	389.580.496	18.985.870.359.867	18.958.444.612.243
Perímetro do Centro	38.563.060	14.699.311	233.348.497.713	217.826.242.714
Semiperiferia	728.716.209	288.979.207	1.991.487.355.458	1.950.138.812.480
Perímetro da Periferia	101.818.577	35.953.011	139.653.258.997	135.821.946.914
Periferia	3.042.185.628	1.272.805.522	1.155.386.184.680	1.134.959.673.193
<b>Total Geral</b>	<b>4.770.484.978</b>	<b>2.002.017.547</b>	<b>22.505.745.656.715</b>	<b>22.397.444.612.243</b>

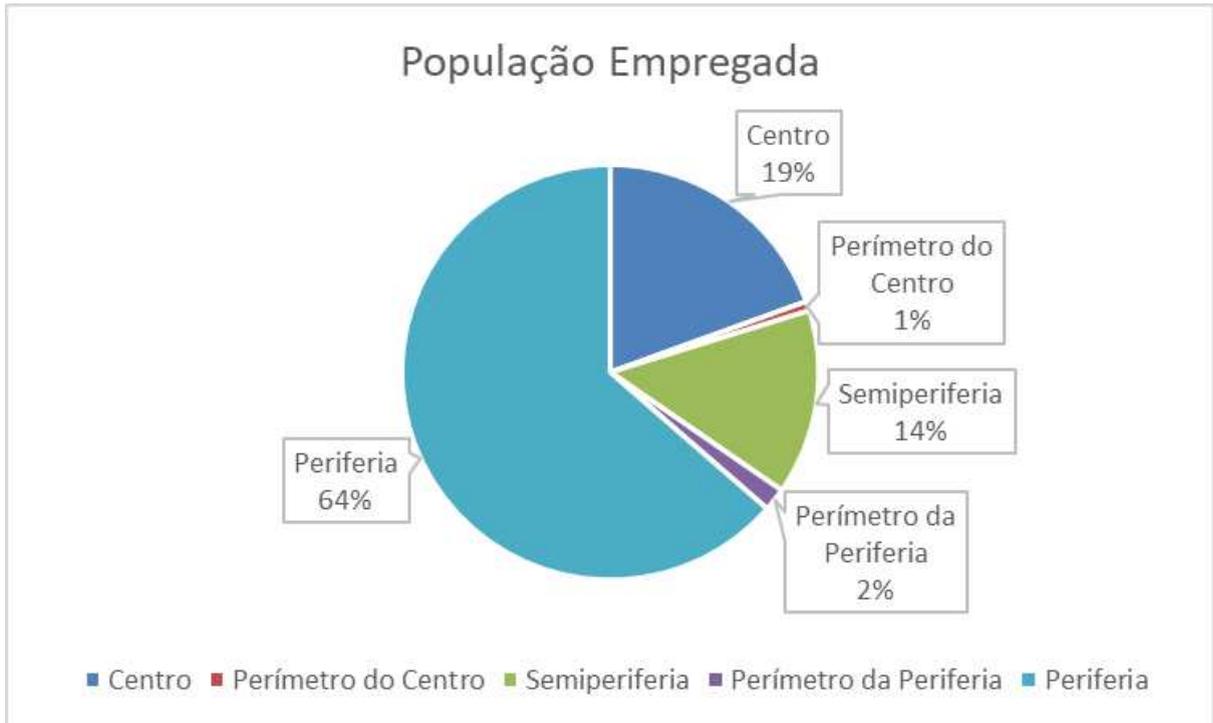
Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Tabela 16 - Dados referentes à População Total, Empregada, PIB e PNB em 2020

<b>Zona</b>	<b>População Total</b>	<b>População Empregada</b>	<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>Produto Nacional Bruto (PNB)</b>
Centro	988.237.035	468.920.423	48.012.375.363.983	48.576.634.018.509
Perímetro do Centro	51.975.017	21.943.134	1.125.856.489.124	1.098.996.369.221
Semiperiferia	2.212.607.196	1.077.706.344	21.655.514.655.601	21.357.373.874.422
Perímetro da Periferia	174.245.820	66.041.955	985.772.785.453	967.303.921.871
Periferia	3.411.438.031	1.220.800.584	7.136.303.838.450	7.054.832.861.367
<b>Total Geral</b>	<b>6.838.503.099</b>	<b>2.855.412.440</b>	<b>78.915.823.132.611</b>	<b>79.055.141.045.390</b>

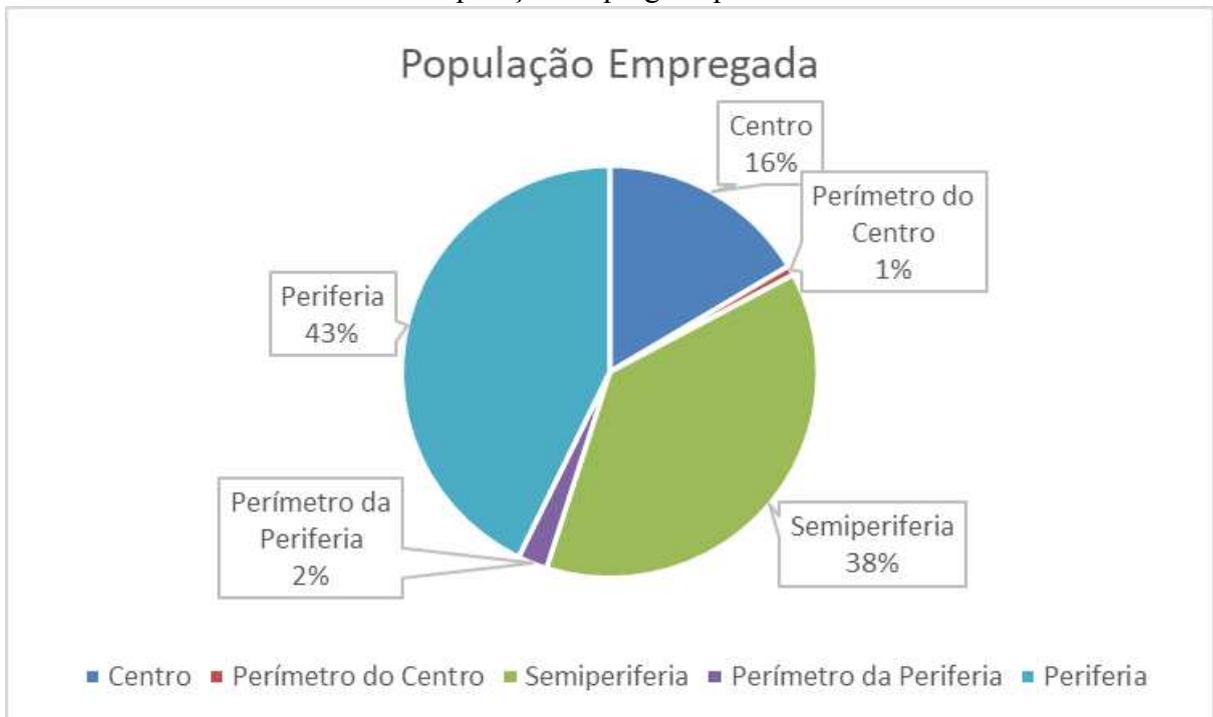
Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Gráfico 1 - População empregada por zona em 1991



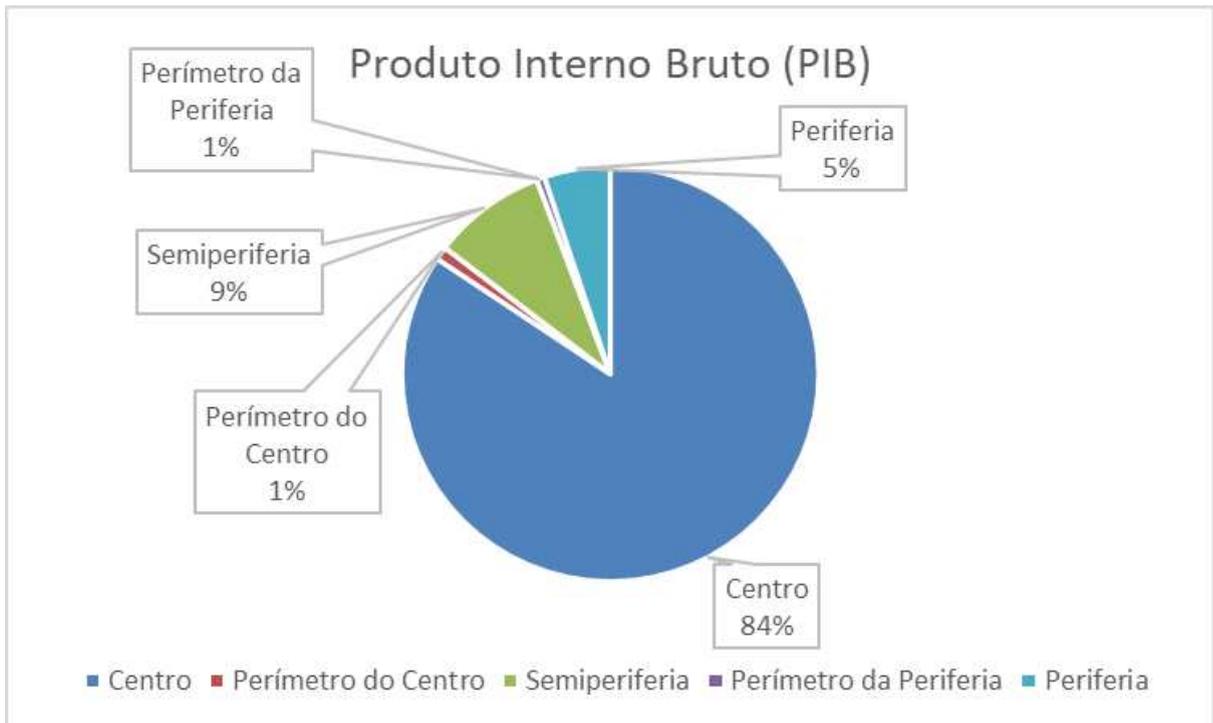
Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Gráfico 2 - População empregada por zona em 2020



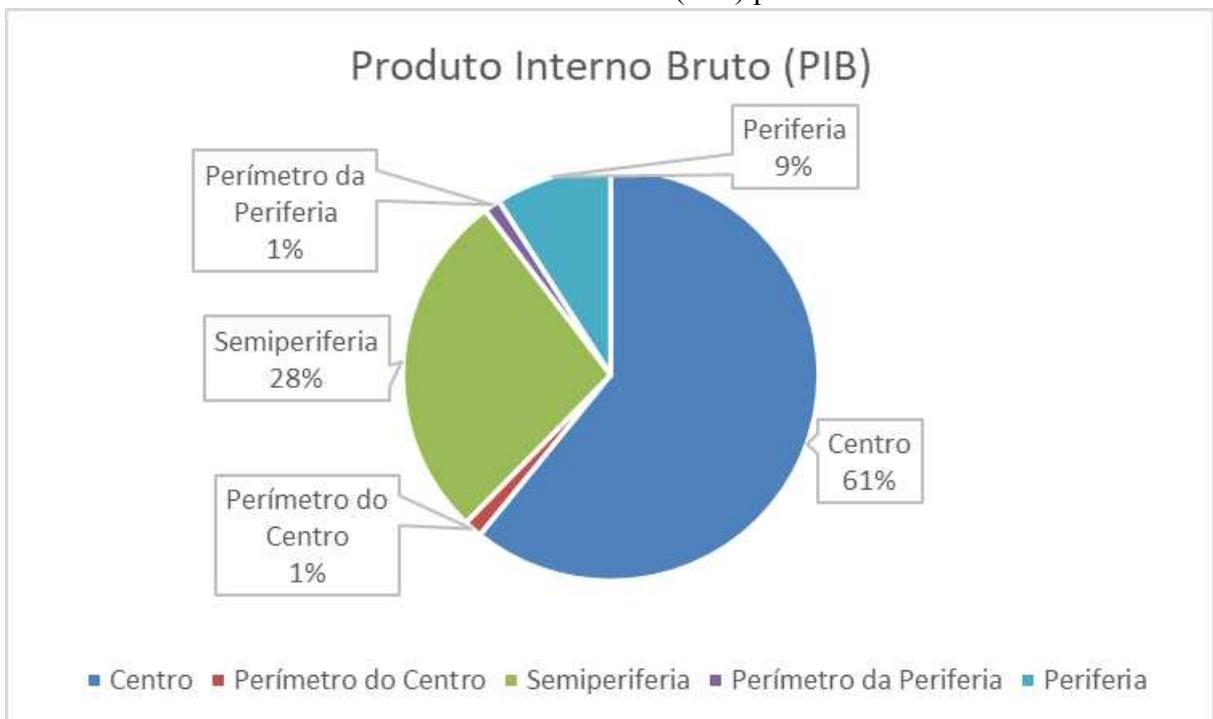
Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto (PIB) por zona em 1991



Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

Gráfico 4 - Produto Interno Bruto (PIB) por zona em 2020



Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2023) e CWEdat (2024).

No que se refere aos dados dos anos de 1991, é possível observar que, mesmo que a periferia e o perímetro da periferia sejam responsáveis por mais de 60% da população empregada mundialmente, o centro é responsável por aproximadamente 85% do PIB mundial.

Já em relação ao ano de 2020, o aumento de 24% da população empregada na semiperiferia representa a diminuição de 3% do centro e 21% da periferia e o seu respectivo perímetro, enquanto que a diminuição da participação global do centro e de seu perímetro no PIB em 23% é o resultado do aumento do aumento de 19% da participação da semiperiferia e 4% da periferia e seu perímetro.

Esses dados refletem as mudanças nas dinâmicas globais de produção, como a crescente integração da semiperiferia, especialmente países asiáticos, nas cadeias de valor globais. O aumento dessa participação no PIB global evidencia as repercussões da industrialização voltada para a exportação no Leste Asiático, mais especificamente da China, uma vez que, como visto anteriormente, foi um dos dois países que ascenderam da periferia para a semiperiferia.

Ademais, as mudanças nos modelos de industrialização afetaram profundamente a natureza das relações laborais e a estrutura de emprego, uma vez que há alguns anos a região era majoritariamente agrária e esse caráter diminui cada vez mais ao longo dos anos. No caso do Leste Asiático, com sua industrialização voltada para a exportação, gerou-se um crescimento significativo de empregos no setor industrial, como mostrado pelos dados da introdução e deste capítulo, sendo essa uma das únicas regiões do mundo em que o setor secundário aumentou. Por isso, acredita-se que o crescimento do setor terciário nessa região teve como importante motivação acompanhar justamente esse crescimento.

Por outro lado, na América Latina, o modelo de substituição de importações trouxe um impacto diferente para as relações laborais e a estrutura de emprego. Embora tenha gerado uma certa industrialização, essa política resultou em uma estrutura de emprego marcada pela baixa produtividade, dependência de tecnologias estrangeiras e uma base industrial que não conseguiu se expandir suficientemente para competir globalmente. Conseqüentemente, o setor industrial latino-americano permaneceu limitado, e a alternativa que a população encontrou para sobreviver foi submeter-se ao setor informal.

Dessa forma, percebe-se uma nova configuração global onde as economias da semiperiferia, especialmente no Leste Asiático, passaram a desempenhar papéis mais significativos nas cadeias de valor global, evidenciado pela maior participação da semiperiferia, que passou a deter 20% a mais da riqueza global em 30 anos.

## 5.2 - ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E O MUNDO DO TRABALHO

Foi feita uma pesquisa exploratória nos materiais produzidos pelas principais instituições responsáveis por estudar o mundo do trabalho, à exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Banco Mundial (BM), do Fórum Econômico Mundial e da Confederação Mundial do Trabalho, percebe-se uma considerável invisibilidade do processo de desruralização que estão ocorrendo à nível mundial, bem como de uma redução relativa dos empregos industriais<sup>15</sup>.

Isso evidencia que os órgãos internacionais que se preocupam com as transformações que vêm ocorrendo no capitalismo que afetam diretamente as relações de produção não percebem o peso da Ásia na distribuição das ocupações em nível mundial. Sua preocupação é majoritariamente voltada para os mercado urbanos e o impacto da tecnologia no setor de serviços. A literatura fala exaustivamente em “Gig Economy” e nas formas não tradicionais de emprego [em inglês non-standard forms of employment (NSE)], bem como nos ainda desconhecidos impactos que a incorporação da tecnologia podem desencadear na empregabilidade.

De acordo com a OIT (2018), as NSEs são empregos temporários, trabalhos de meio período, trabalhos de curta duração ou independentes e a preocupação que advém com o crescimento desses serviços é que “estes ganhos financeiros a curto prazo serão provavelmente compensados pelas perdas de produtividade a longo prazo através da erosão das habilidades específicas da empresa na organização, limitando a capacidade das empresas de responder às mudanças na demanda do mercado” (OIT, 2018, p. 18, tradução da autora).

Porém, como é possível observar nos dados, por mais que seja importante as produções feitas sobre o tema, fica evidente um descompasso uma vez que esses empregos são majoritariamente exercidos por países centrais, que diminuem sua participação na economia mundial cada vez mais, e não estão nem perto de ser a principal atividade econômica a nível mundial.

---

<sup>15</sup> No debate sobre a desindustrialização, a destruição dos empregos industriais é frequentemente apontada como um indicador desse fenômeno. Entretanto, surge uma questão provocativa: trata-se realmente de uma destruição de empregos ou de uma realocação? O que está em discussão é se essa mudança representa uma verdadeira desindustrialização ou uma transformação na natureza do trabalho, onde empregos industriais são redistribuídos para outros setores, reconfigurando a estrutura econômica em vez de simplesmente eliminar postos de trabalho.

O Banco Mundial também se preocupa muito com o impacto da automatização, digitalização e revolução tecnológica no mundo de trabalho decorrente da substituição das tarefas rotineiras e burocráticas pelas máquinas. De acordo com o seu relatório, “World Development Report: The Changing Nature of Work” (“Relatório de Desenvolvimento Mundial: A Natureza Mutável do Trabalho”), a prioridade deve ser o investimento em capital humano, sendo esta a oportunidade econômica em evolução. O documento em questão cita ainda que há três tipos de habilidades que terão cada vez mais importância nos mercados de trabalho: as “habilidades cognitivas avançadas, como a resolução de problemas complexos, habilidades sociocomportamentais, como trabalho em equipe, e combinações de habilidades que preveem a adaptabilidade, como raciocínio e autoeficácia.” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 3, tradução da autora)

As habilidades em questão evidenciam que, de fato, as inovações tecnológicas, atualmente, são os medidores dos limites de acumulação capitalista e específica muito bem onde ainda estão centrados os seus principais pólos.

Já de acordo com o World Economic Forum (Fórum Econômico Mundial) em seu relatório “Future of Jobs Report 2023” (“Relatório sobre o Futuro dos Empregos”), há um reconhecimento de que estão ocorrendo mudanças na economia mundial, impulsionadas por tendências econômicas, ambientais e geopolíticas, onde “tradicionais encabeçadores da globalização” estão sendo ameaçados. Percebe-se que há um discurso que reconhece uma mudança na hierarquia de riqueza, bem como que está havendo uma mudança na estrutura de trabalho e ocupações, porém o foco não está onde se concentra a maior parte das pessoas empregadas.

Por fim, de acordo com o relatório “O Futuro do Trabalho” da Conferência Mundial do Emprego (2016), a questão da automação ocupa espaço no cenário futuro e é a chave central das mudanças nos próximos anos. A seguir, uma parte do documento que exemplifica a questão supracitada:

Com o advento da inovação tecnológica, há uma tremenda oportunidade para empreendedores e para a sociedade inovarem e iniciarem novos negócios. No entanto, a natureza e a velocidade da inovação tecnológica estão causando uma grande perturbação no mundo do trabalho. O debate tecnológico é marcado por análises opostas de economistas e acadêmicos. Por um lado, essa mudança significa a perda de empregos devido à substituição do trabalho humano por máquinas. Por outro lado, a inovação tecnológica também traz a criação direta e indireta de empregos, pois as máquinas exigem construção e manutenção, mais riqueza é criada e novos mercados são abertos. O impacto líquido da automação na destruição de

empregos continua a ser um assunto acalorado. Os ganhos de empregos nos próximos cinco anos não serão suficientes para compensar as perdas esperadas, de acordo com o WEF [The Future of Jobs, 2016]. Dois terços dos empregos perdidos serão em funções de escritório de colarinho branco, como administração: papéis que serão assumidos por máquinas. Os ganhos de empregos não serão distribuídos de maneira uniforme. Em vez disso, áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática verão a maioria dos novos papéis criados: a competição por talentos em áreas de alto crescimento, como computação, matemática, arquitetura e engenharia, e outros papéis estratégicos e especializados, será acirrada.(CONFERÊNCIA MUNDIAL DO EMPREGO, 2016, p. 14-15)

Nota-se que existe uma lacuna muito grande nos estudos que estão sendo produzidos acerca do trabalho no mundo e a realidade de fato. Mesmo com um aumento extremamente significativo do terceiro setor, de 35% da empregabilidade global para 50% em 30 anos, a atividade econômica que segue empregando a maior quantidade de trabalhadores é a agricultura a nível mundial com 44% em 1991 e 28% em 2020. A quantidade de pessoas empregadas no primeiro setor na Ásia e na África nos anos 1990 era de quase 60% e em 2020, mesmo tendo caído para quase a metade na Ásia e diminuído cerca de 10% na África, continua sendo a atividade que mais emprega pessoas no mundo.

Apesar da relevância desse debate, o enfoque em questão reflete mais a realidade econômica e social dos países centrais, onde a automatização está mais avançada. Essa abordagem, embora importante para entender os desafios enfrentados em economias desenvolvidas, tende a negligenciar as especificidades e os impactos da automatização em regiões em desenvolvimento e periféricas, uma vez que as economias da América Latina, da África e de partes da Ásia, por exemplo, enfrentam uma dinâmica diferente.

A automatização nessas regiões podem exacerbar desigualdades já existentes, uma vez que muitos países da periferia ainda dependem fortemente de setores tradicionais, como a agricultura e a manufatura, que são mais suscetíveis a alterações nos processos produtivos. A migração de atividades para áreas com mão de obra mais barata, aliada à substituição de empregos por máquinas, pode resultar em um aumento do desemprego e na informalização do trabalho, aspectos que são muitas vezes subestimados nas discussões em fóruns internacionais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se discorrer sobre alguns pontos. O primeiro deles foi evidenciar a importância do conceito de proletarização para se entender a necessidade de assalariamento das pessoas visando gerar uma máxima acumulação de capital possível. Posteriormente, com a discussão dos regimes de acumulação fordista e de acumulação flexível, buscou-se elucidar como a organização do trabalho é importante no que diz respeito à organização da estratégia de acumulação de capital.

Em seguida, no capítulo sobre as estratégias de substituição de importações na América Latina e no Leste Asiático, buscou-se evidenciar as tentativas dessas regiões de internalizar as formas de produção e controle sobre trabalho vigentes em cada época, sendo o primeiro destes o fordismo e depois a acumulação flexível. Depois, ao discorrer sobre os dados da quantidade de pessoas empregadas em cada setor de atividade no mundo, buscou-se evidenciar de forma mais concreta tudo o que foi discorrido nos capítulos anteriores.

Conclui-se então que mesmo sendo de regiões tipicamente periféricas e ambos adotando o modelo de desenvolvimento por substituição de importações, a origem da expansão do setor terciário de ambas são distintas. Enquanto a América Latina buscou incorporar o modelo de produção industrial com o objetivo de atender ao mercado interno de acordo com os moldes do regime de acumulação e produção fordista, o Leste Asiático adaptaram e reformularam este modelo, incorporando-o e fundindo-o com formas orientais de organização e controle do trabalho.

Na medida que o fordismo foi ficando defasado e o regime de acumulação flexível passou a ascender, as dificuldades estruturais e a dependência econômica limitaram a consolidação de uma base industrial competitiva na América latina, uma vez, que embora tenha sido importante para o desenvolvimento regional, a industrialização teve foco no consumo doméstico e enfrentou a limitação de recursos tecnológicos e capital estrangeiro, além de falta de inovação local. Esse cenário fez com que a região fosse pouco atrativa para o setor industrial, que passou a migrar para outras regiões. Isso fez com que a classe trabalhadora não tivesse outra alternativa senão recorrer ao setor terciário.

Por outro lado, devido às medidas adotadas pelos governos orientais, países como Japão, Coreia do Sul e, mais tarde, China, não apenas conseguiram industrializar suas economias, mas também dominar uma parte significativa da produção mundial, uma vez que

possuíam um ambiente mais favorável e atrativo para o setor industrial, que migrou para a região com a mudança no modelo de acumulação. A flexibilidade, a capacidade de inovar em termos organizacionais e a adaptação às demandas globais permitiram que o Leste Asiático se tornasse um dos principais pólos industriais do mundo. A industrialização voltada para exportação foi crucial nesse processo, bem como as políticas adotadas que viabilizaram o desenvolvimento tecnológico, atual fronteira de acumulação capitalista, e esses países conseguiram se integrar às cadeias globais de valor de forma a controlar boa parte da produção manufatureira global. Esse crescimento da indústria foi uma das motivações para o crescimento do setor terciário na região.

Por fim, vale ressaltar que não existe um consenso na literatura no que se refere ao conceito de terceiro setor, sendo este um “termo guarda-chuva”, que abrange esferas sociais e organizações com estruturas diversas e propósitos distintos (FERREIRA, 2006). Tal fato é evidenciado também pela grande diversidade de serviços presentes neste setor. Essa abrangência pode dificultar avanços no entendimento do próprio fenômeno, bem como de seus respectivos desdobramentos (FERREIRA, 2006).

A maior diversificação dos serviços nos países centrais em comparação com os países periféricos, mesmo que possa ser considerada sutil, é de extrema importância, uma vez que, na realidade, estes dados representam milhares de pessoas. O controle sobre o domínio tecnológico também possui uma reverberação muito significativa no que diz respeito ao caráter do setor de serviços nas regiões não apenas centrais e periféricas, mas também entre as próprias periferias, ponto em que buscou-se enfatizar neste trabalho ao comparar como as medidas políticas e econômicas adotadas pelos governos latino-americanos e asiáticos tiveram repercussões muito distintas e afetaram a vida da classe trabalhadora de formas igualmente discrepantes.

A provocação que fica para as gerações futuras é: como lidar com a crescente complexidade e diversidade do terceiro setor? Se em 30 anos já ocorreram mudanças que alteraram o caráter de diversas economias, como esse setor continuará respondendo às novas demandas de uma sociedade em contínua transformação?

## REFERÊNCIAS

- AMSDEN, Alice H. **A Ascensão do "Resto"**: Desafios ao Ocidente das Economias de Industrialização Tardia. Nova York: Oxford University Press, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008, 428 p.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Contraponto, 1996.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório de Desenvolvimento Mundial 1990**. Washington: Banco Mundial, 1990.
- BANCO MUNDIAL. **The Changing nature of work**. World Development Report, 2019.
- CHANG, Ha-Joon. **Rethinking Development Economics**. London: Anthem Press, 2003.
- CWEdata. **Desenvolvimento orientado por dados**: uma visão histórico-mundial da economia e do sistema internacional. Disponível em: <https://cwedata.ufsc.br/>.
- FERREIRA, Marcelo Marchine e FERREIRA, Cristina Hillen Marchine. Terceiro setor: um conceito em construção, uma realidade em movimento. In: Anais CESUMAR/UEM. 2006.
- NETO, Antonio Soares Martins. **Desindustrialização prematura na América Latina?** Uma Breve Análise. Boletim Informativo da Fipe, São Paulo, v. 425, p. 34-43, fev. 2016. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif425-34-43.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2024.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL DO EMPREGO. O Futuro dos Empregos: Livro Branco do Futuro do Emprego. 2016. Disponível em: [https://wecglobal.org/uploads/2019/07/2016\\_WEC\\_Future-of-Work.pdf](https://wecglobal.org/uploads/2019/07/2016_WEC_Future-of-Work.pdf). Acesso em: 30 set. 2024.
- GALA, Paulo. **O desenvolvimento a convite do Leste da Ásia**. *Blog do Paulo Gala*, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/o-desenvolvimento-a-convite-do-leste-da-asia/>. Acesso em: 6 nov. 2024.
- GILLS, Barry; FRANK, Andre Gunder. **The modern world system under Asian hegemony**: the silver standard world economy 1450-1750. [S.l.: s.n.], 1994. p. 6-7. (mimeo.)
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Organização de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6891743/mod\\_resource/content/1/Quaderni-del-carcere-3\\_-Antonio-Gramsci-Cadernos-do-C%C3%A1rcere-v.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6891743/mod_resource/content/1/Quaderni-del-carcere-3_-Antonio-Gramsci-Cadernos-do-C%C3%A1rcere-v.pdf).

HARVEY, David. **17 contradições do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens do presente. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HUSSON, Michel. **Finança, hiper-concorrência e reprodução de capital**. Paris: PUF, 2006.

IEDI. Carta IEDI, n. 765, 2023. Disponível em: [https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_765.html#:~:text=A%20CEPAL%20argumenta%20que%20Argentina,detrimento%20da%20ind%C3%BAstria%20de%20transforma%C3%A7%C3%A3o.](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_765.html#:~:text=A%20CEPAL%20argumenta%20que%20Argentina,detrimento%20da%20ind%C3%BAstria%20de%20transforma%C3%A7%C3%A3o.)

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Employment by sex and economic activity** -- ILO modelled estimates, Nov. 2023 (thousands). Genebra: ILO, 2023. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/methods/concepts-and-definitions/ilo-modelled-estimates/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LADEIRA, Thiago Fernandes; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges. **Complexidade econômica, crescimento e convergência de renda na América Latina, Caribe e Ásia**. Uberlândia: Instituto de Economia e Relações Internacionais – Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

MADDISON, A. **The World Economy in the 20th Century**, Paris, 1989, OECD.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Tradução Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 6ª Edição. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. Livro 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo. Desindustrialização. Enciclopédia Latinoamericana, [s.d.]. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/d/desindustrializacao#:~:text=Chama%2Dse%20desindustrializa%C3%A7%C3%A3o%20o%20processo,%C3%A0s%20exig%C3%A2ncias%20do%20capitalismo%20globalizado.>

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOORE, Jason W. O Capitaloceno, parte I: sobre a natureza e as origens de nossa crise ecológica. In: MALM, Andreas; MOORE, Jason W. **Marxismo ecológico**: a natureza, a história e a crise do capital. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p. 177-222.

MOORE, Jason W. O Capitaloceno, parte II: acumulação de capital, grande aceleração e o desfazer das duas culturas. In: MALM, Andreas; MOORE, Jason W. **Marxismo ecológico**: a natureza, a história e a crise do capital. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p. 223-276.

ROWTHORN; RAMASWANY, R. **Growth, trade and deindustrialization**. IMF Staff Papers, v. 46, n.1, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Introdução ao estudo das contradições sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

TREGENNA, F. **Characterizing deindustrialization**: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, 2009.

UNCTAD. Classificações. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/EN/Classifications.html>. Acesso em: 04 set. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. *Marxismo ecológico: a natureza, a história e a crise do capital*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p. 223-276.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. Tradução: José Flávio Bertero. In: ELÍZAGA, R. S. (Coord.). *América Latina y el Caribe: perspectivas de su reconstrucción*. México: Associação Latino-Americana de Sociologia, 1996. p. 69-85.